

A CLASSE OPERÁRIA



Fernando Henrique quer calar o PCdoB!



O programa do PCdoB foi exibido dia 8/7 em rede nacional de rádio e TV

O presidente da República e o PSDB pediram à Justiça Eleitoral que proíba a veiculação do programa dos comunistas nas emissoras de TV e rádio. FHC teme as críticas ao seu governo e quer silenciar a oposição. A reação intempestiva do presi-

dente e de seu partido mostram a justeza da análise do PCdoB, que alerta para a incompatibilidade entre o projeto neoliberal e o exercício da democracia pelos setores populares.

Página 5

Os comunistas e as eleições de 2000

Em processo de conferências em todos os Estados, os comunistas já estão discutindo a orientação a ser adotada nas eleições municipais do próximo

ano. O PCdoB pretende ampliar sua bancada de vereadores e disputar também o Executivo municipal.

Página 3

Remendo ministerial para reforçar o neoliberalismo

No dia 19, Fernando Henrique substituiu 10 ministros. O "remendo ministerial" objetiva unificar as elites em torno do projeto governamental e somar forças para o ataque aos direitos dos trabalhadores e à soberania do país, empecilhos para

o império da política ditada pelo FMI.

As quedas da popularidade do governo demonstram que o rumo adotado por FHC é cada vez mais repudiado.

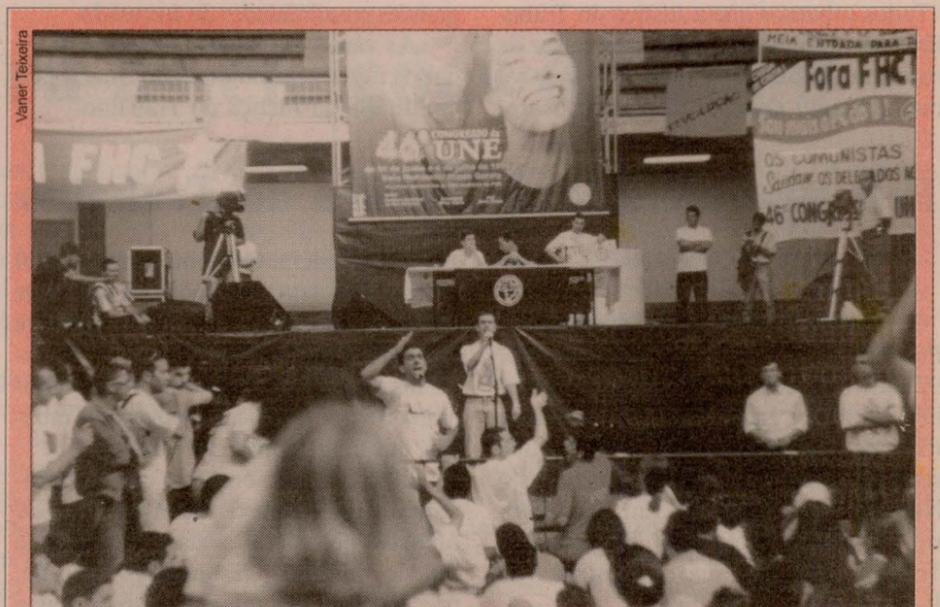
Página 3

Abaixo-assinado pelo Brasil

Em todo o país multiplicam-se as atividades em torno da coleta de assinaturas para o enquadramento do presidente da República em crime de responsabilidade por atos atentatórios à probidade administrativa relacionados com o processo de privatização da Telebrás e em apoio à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades cometidas. O abaixo-assinado, organizado pela Frente de Oposição

Democrática e Popular, será levado a Brasília, numa grande manifestação, dia 26 de agosto. A meta da Frente é atingir 1 milhão de assinaturas.

Página 8



Estudantes apresentam propostas na plenária final do Congresso

Vitória da unidade dos estudantes

A União Nacional dos Estudantes (UNE) realizou seu 46º Congresso em Belo Horizonte, de 30 de junho a 4 de julho. Com a participação de mais de 5 mil estudantes de todos os Estados, entre delegados e observadores, o Congresso contou com a presença de diversos políticos e intelectuais brasileiros e com a visita do líder cubano, Fidel Castro, que foi menageado pela entidade.

Após um qualificado debate, os estudantes aprovaram a luta pelo "Fora FHC", a defesa da universidade pública e propostas para o movimento estudantil. A chapa *Refazendo* foi eleita com 1298 votos e o mineiro Wadson Ribeiro, 22 anos, estudante de medicina da UFJF, é o novo presidente da UNE.

CDM
Fundação Maurício Grabois
Páginas 6 e 7

NACIONAL



Mesa do ato na Assembléia Legislativa de São Paulo

Ato em defesa dos direitos trabalhistas

GISELA MENDONÇA

Um grande ato político no dia 21 de junho, que reuniu 300 pessoas na Assembléia Legislativa de São Paulo, entre representantes de entidades, juizes, juristas e parlamentares de vários partidos, marcou o lançamento de uma campanha nacional em defesa da Justiça do Trabalho. O evento foi iniciativa dos deputados estaduais Nivaldo Santana e Jamil Murad e do deputado federal Aldo Rebelo, todos do PCdoB. Reuniu vários setores contra a proposta no relatório da reforma do Judiciário pelo deputado Aloysio Nunes (PSDB), que extingue a Justiça do Trabalho.

Para os manifestantes, a tentativa do governo Fernando Henrique não é simplesmente extinguir a Justiça do Trabalho, mas liquidar com todos os direitos trabalhistas, deixando o caminho totalmente livre para a completa desregulamentação do trabalho. Estão em jogo conquistas históricas, como décimo-terceiro, hora extra, férias, descanso semanal remunerado e licença maternidade. "Todos sabemos que a Justiça do Trabalho tem problemas, pode até precisar de reformas, mas não existe justificativa para extingui-la, a não ser deixar os tra-

balhadores completamente desamparados. Se o governo alega que existe excesso de processos, é porque existe excesso de desrespeito à lei, e é um absurdo querer acabar com a lei", denunciou o deputado Nivaldo Santana.

O projeto de reforma do Judiciário em discussão busca amarrar toda a Justiça para evitar resistência ao projeto do governo de completa entrega do país. Com uma Justiça desarticulada, fica mais fácil levar adiante o projeto de privilegiar o capital financeiro internacional e colocar o Brasil ainda mais submisso a esses interesses, particularmente norte-americanos.

O ato reuniu uma ampla frente, que foi desde o presidente do TST, ministro Wagner Pimenta, presidentes de vários TRTs, até as centrais sindicais Força Sindical, CGT e CUT. Estiveram presentes representantes de entidades de procuradores, magistrados, juizes e trabalhadores do Judiciário. A presença de deputados do PMDB e do PFL indicou que mesmo na base governista o projeto sofre resistência, o que dá ao movimento popular e sindical grandes possibilidades de derrotá-lo.

As várias entidades lançaram, ao final da audiência pública, um manifesto em defesa da Justiça do Trabalho.

Pela manutenção da Justiça do Trabalho

NIVALDO SANTANA*

Tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional 96/92, que introduz modificações na estrutura no Poder Judiciário. A relatoria da PEC ficou a cargo do deputado e atual secretário geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB). Em seu relatório, ele propõe a extinção da Justiça do Trabalho enquanto ramo especializado do Poder Judiciário da União.

Ao propor a extinção dos artigos 111 a 117 da Constituição Federal, põe fim ao Poder Normativo da Justiça do Trabalho, previsto no artigo 114; transfere estrutura, membros e competências da Justiça do Trabalho para a Justiça Federal Comum, criando-se nela varas especializadas.

Prevista na Constituição de 1934, instalada em 1941 e mantida em todas as Constituições dos últimos 65 anos, a Justiça do Trabalho é o mais acessível dos ramos do Poder Judiciário. É conhecida como a justiça dos pobres. A única em que os trabalhadores, ao se sentirem lesados, podem recorrer sem custos.

Só em 1998, a Justiça do Trabalho recebeu 2.349.219 ações e solucionou 2.333.912, a maioria delas em primeira instância. Nenhuma outra área da Justiça foi tão solicitada.

Um dos principais problemas do Judiciário, a morosidade, seria agravado.

A Justiça Federal Comum, com seus 700 juizes, não tem condições de absorver novos milhões de processos além dos que a ela já são destinados. Não pode absorvê-los porque tem estrutura física e humana menor do que a Justiça do Trabalho, que conta com 1.300 juizes.

Este debate acontece em um momento difícil para os trabalhadores, de ofensiva neoliberal e sua concepção de Estado mínimo. Desemprego recorde, precarização das relações trabalhistas e flexibilização de direitos são fatores de grande pressão sobre os trabalhadores e o movimento sindical. Nesse quadro, ganha importância o papel mediador da Justiça do Trabalho. Não são raros os casos em que a garantia de proteção mínima aos trabalhadores, através de decisões da Justiça ou acordos, se dá após conciliação ou julgamento nos Tribunais Regionais do Trabalho.

Concordamos que a Justiça do Trabalho precisa de mudanças. Ela precisa ser aperfeiçoada e democratizada, garantindo a participação efetiva de todos os setores envolvidos no processo de escolha dos juizes. Acreditamos que essas medidas contribuiriam para ampliar a democracia, indispensável a todos os que querem um Brasil mais justo.

*deputado do PCdoB/SP, membro da Comissão de Relações de Trabalhadora Assembléia Legislativa

Comissão Desenvolvimento Urbano votará Estatuto da Cidade

Ao ressaltar a importância de se re-colocar a Comissão de Desenvolvimento Urbano como o principal órgão de mérito para tratar de tudo o que toque a vida urbana, o presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE), lembrou que, por ali, tramitam projetos de grande interesse para o país; como, por exemplo, o do Estatuto da Cidade, (PL 5.788/90), do Senado Federal, que estabelece as diretrizes de política urbana do Brasil. Em tramitação na Casa há dez anos, ele deverá ser aprovado ainda este ano.

Inácio Arruda assumiu a presidência do órgão com dois objetivos: dar ritmo às reuniões e transformar o plenário 14 em um fórum de debates sobre o problema urbano no país. Quatro meses depois, ao encerrar o primeiro semestre, o parlamentar comemora a aprovação de importantes projetos pela Comissão, como o PL 5.993/90, do Senado Federal, que trata da adequação de logradouros, edifícios e veículos de transporte coletivo às necessidades dos portadores de deficiência física, além do PL 3.179/97, também oriundo do Senado, que amplia a área de atuação da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco).

Inácio Arruda destacou, também, o projeto de lei nº 4.717/98, de autoria do deputado Franco Montoro (PSDB-SP, falecido recentemente), que disciplina as cooperativas habitacionais. "As cooperativas habitacionais já foram e podem voltar a ser uma grande alternativa de construção de habitações populares", disse.

Ainda na área da habitação, o deputado cearense destacou o PL 3.465/97, de autoria do deputado José de Abreu (PSDB-SP), que regula a realização de loteamentos para a implantação de condomínios residenciais populares em zona de expansão urbana dos municípios.

Audiências

O deputado comunista salientou a realização de 8 audiências públicas, com a participação de diversas autoridades, como os Ministros do Meio Ambiente, Sarney Filho, que tratou da Agenda 21; e da Cultura, Francisco Weffort, que tratou da questão do Patrimônio Histórico nas cidades; além de Sérgio Cutolo, da Secretaria Especial de Desenvolvimento



Inácio e o ministro Weffort, na Comissão

Urbano. O parlamentar lembrou, ainda, que, logo no início da sessão legislativa, a CDUI aprovou uma agenda de trabalho que previa a formação de cinco subcomissões: sendo três permanentes e duas especiais. As permanentes foram criadas para estudar os temas Habitação, Transportes e Saneamento Ambiental. Já as especiais tratam da Política de Financiamento das Ações Urbanas dos Municípios e do problema da seca e da transposição das águas do Rio São Francisco para o semi-árido nordestino.

"As subcomissões trabalharam intensamente com grandes audiências", disse Inácio Arruda, citando uma delas, realizada pela subcomissão especial para estudar, debater e propor medidas para a política de financiamento das ações urbanas dos municípios, que contou com a participação de diversos prefeitos de todo o país, no auditório Nereu Ramos.

Para ele, o trabalho mais importante feito na CDUI foi descentralizar e transferir para as subcomissões uma série de responsabilidades que ficavam na mão da presidência. "As subcomissões tiveram toda liberdade para funcionar nesta gestão que estamos desenvolvendo".

Para o próximo semestre, o deputado anunciou a realização de duas conferências: a primeira aborda uma questão mais específica, a Conferência de Saneamento Ambiental, a ser realizada em setembro; e a segunda, mais ampla, será a Conferência da Cidade, marcada para os dias 10, 11 e 12 de novembro.

"Queremos tirar esta idéia de que a cidade é apenas o canto que se dorme", disse o parlamentar, acrescentando ser sua intenção ampliar o conhecimento dos diversos modelos de cidade, com a presença de prefeitos de cidades como Beijing, na China; Barcelona, na Espanha; e Toronto, no Canadá, além dos prefeitos brasileiros e do Ministro da Cultura e do Secretário de Desenvolvimento Urbano.

Mensagem da China ao PCdoB

O PCdoB recebeu a seguinte carta do Partido Comunista da China:

"A Embaixada da República Popular da China cumprimenta atentamente o Diretório Nacional do PCdoB - Partido Comunista do Brasil - e tem a honra de lhe transmitir a seguinte mensagem de agradecimento enviada pelo Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista da China:

À meia noite do dia 7 de maio último, horário de Belgrado, a OTAN, encabeçada pelos Estados Unidos da América, atacou temerariamente com mísseis a Embaixada da China na República Federal da Iugoslávia, causando a gravidade

de mortes e ferimentos humanos da parte chinesa e danos da sede diplomática. Este fato cometido pela OTAN constitui uma grosseira agressão à soberania da China e uma cega violação das Convenções sobre as Relações Diplomáticas de Viena e das normas fundamentais que regulam as relações internacionais. Pela incumbência do Comitê Central do Partido Comunista da China, lhe expressamos os sinceros agradecimentos pela mensagem de solidariedade, enviada por Sua Excelência, depois do acontecimento.

A Embaixada da China aproveita esta oportunidade para renovar ao Diretório Nacional do PCdoB os protestos de sua alta estima e consideração."

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.843 - SP) Edição em HTML: Gabriela Mendonça. Editoração Eletrônica: Sandra Luiz Alves. Administração: Francysse de Andrade Matarazzo. Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 011 3106 0412 - PCdoB na Internet: <http://www.pcdo.org.br> - E-mail: classeop@ruralsp.com.br

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

NACIONAL

FHC tenta unir as elites para dar continuidade ao governo

CARLOS POMPE

No dia 19, o presidente Fernando Henrique Cardoso empossou seus novos ministros: José Carlos Dias (Justiça), Pratiní de Moraes (Agricultura), Clóvis Carvalho (Desenvolvimento), Martus Tavares (Planejamento), Ronaldo Sardenberg (Ciência e Tecnologia), Fernando Bezerra (Integração Nacional), Pedro Parente (Casa Civil), Ovídio de Angelis (Políticas Urbanas) e Aloysio Nunes Ferreira (Secretaria Geral da Presidência). O chefe do governo não conseguiu encerrar todos os acordos políticos que pretendia para garantir a continuidade de seu governo: a pasta da Integração Nacional e as secretarias Geral e de Políticas Urbanas tiveram sua criação transferidas para agosto.

Na cerimônia não compareceram os presidentes e os líderes dos partidos aliados. Os 5 caciques do PSDB que assumiram a coordenação política do governo se reuniram no Palácio do Planalto.

O novo ministério torna ainda mais homogêneo o governo para aplicar, na plenitude, o programa neoliberal. Fortalece a posição de Pedro Malan e o PSDB assume o monopólio das

pastas na área política.

FHC retomou o seu discurso de campanha, sempre negado pela prática governamental. Volta a falar em desenvolvimento, em combater o desemprego e as discriminações regionais. A mudança ministerial ocorreu no momento em que a estabilidade de FHC está ameaçada e o descontentamento popular é crescente. Mas o que fica valendo mesmo é a fidelidade canina aos ditames do FMI – que agravam o desemprego, aprofundam a recessão e tornam mais dependente a economia nacional.

Num delírio propagandístico, durante a posse FHC deu o prazo até 2002 para que as exportações brasileiras somem 100 bilhões de dólares por ano. Mas logo após, o ministro Clóvis Carvalho anunciava que essa meta não será atingida. Para atingi-la, as exportações teriam de crescer 18,27% ao ano, em média. No primeiro mandato de FHC, esse percentual foi de 4,1%. No primeiro semestre de 99, o país exportou 22,446 bilhões de dólares, contra 25,968 bilhões em igual período de 98 – queda de 13,6%.

Já o ministro da Agricultura, Pratiní de Moraes, antigo serviçal da ditadura militar, pediu mais crédito. O Movimento



Os novos ministros: reforço do neoliberalismo

dos Pequenos Agricultores está apreensivo com a atuação do novo ministro. Ele diz que dará prioridade às exportações. A associação tem receio de que a indicação represente um retrocesso para os produtores.

Popularidade em baixa

Na cerimônia, FHC reafirmou o compromisso com o equilíbrio das contas públicas, que tiveram em maio o pior resultado do ano. Ao novo titular da pasta de Orçamento e Gestão, Martus Tavares, apontou como sua tarefa conciliar a demanda por investimentos com a escassez de recursos. Mesmo com o

Brasil cumprindo as metas fiscais acertadas com o FMI, os resultados continuam preocupantes para o governo. Com a volta da CPMF em maio, FHC pretende manter a promessa de fechar o semestre com saldo. As contas só vão bem quando o governo impõe novos impostos.

Entre os ministros que deixavam o governo, o que demonstrou mais insatisfação foi o senador Renan Calheiros (PMDB). Na transmissão do cargo de ministro da Justiça ao advogado José Carlos Dias, Renan lamentou a indicação, posteriormente revista, do delegado João Baptista Campelo para a direção da Polícia Federal e

pediu desculpas por ter empossado um "torturador". O ex-ministro esquivou-se três vezes dos cumprimentos de Pimenta da Veiga (Comunicações).

FHC reconheceu indiretamente as dificuldades no relacionamento de Pimenta da Veiga com os partidos aliados. Ao anunciar o novo secretário-geral da Presidência, classificou Aloysio Nunes Ferreira como "alguém que tem capacidade de transitar nos partidos"...

Com apenas 12% de aprovação popular, FHC recorreu ao velho recurso de tentar desqualificar a oposição: "Os meus ouvidos estão sempre abertos, a minha mão está sempre estendida. Só não posso aceitar golpismo", afirmou, numa referência indireta ao crescimento do movimento pelo Fora FHC.

A unificação das hostes governistas, buscada por Fernando Henrique, aponta para a oposição a necessidade de aprofundar ainda mais a ação unitária para fazer frente à ofensiva neoliberal. Decididamente, a construção de um Brasil voltado para os interesses dos brasileiros e para a elevação e melhoria das condições de vida do povo passa pela união dos democratas e patriotas em torno do projeto de um novo governo.

Preparar o Partido para as eleições de 2000

Três são os grandes objetivos políticos do PCdoB nas eleições do ano 2000, caso continue em vigor a lei 9.504/97: a) lutar pelo crescimento do Partido, aumentando o número atual de vereadores e ocupando posições nas eleições majoritárias para prefeitos e vice-prefeitos; b) derrotar as forças políticas que apoiam o governo de Fernando Henrique Cardoso; c) contribuir para a vitória das forças democráticas, patrióticas e populares.

O Tribunal Superior Eleitoral estima que cerca de 70% dos eleitores votarão de forma eletrônica em 2000. Isto deverá levar a uma grande diminuição dos votos brancos e nulos e crescimento significativo dos votos nominais nos candidatos.

Os votos nas legendas, nesse quadro, poderão cair para 1/3 da força total partidária (em 94 esse percentual atingiu 50%, e em 98 caiu para 30 ou 35%). Os quocientes eleitorais crescerão. Em 98, nas eleições de deputados, com exceção de 2 Estados, o quociente cresceu até 53,20%. As linhas de corte também crescerão de forma significativa, em função do crescimento da votação nominal e diminuição dos nulos e brancos. Em 98, em apenas 3 Estados essa linha diminuiu.

Em votações eletrônicas para vereador (experiência de 96), o Partido teve em média 15% de

seus votos vindos da legenda. Em 98, para federal, esse índice caiu para 12% – ou seja, sem fazer campanha para voto em legenda, o PCdoB obteve de seus eleitores **1 voto de legenda para cada 6 votos** que teve para a Câmara dos Deputados. É razoável prever que esse percentual suba, quando houver a apresentação de chapa completa.

Fatos das eleições 96

Participamos das eleições de 1996 em 594 municípios, entre os 5.598 existentes, nas 27 unidades da Federação. Lançamos 1.294 candidatos a vereador. Elegemos 95 vereadores, em 94 cidades.

A força da legenda do Partido variou de 4,53% (no Espírito Santo) até a 37,74% (no Mato Grosso do Sul). A média nacional ficou na casa de 15,49%. Lançamos candidatos próprios a prefeito nas seguintes capitais: Fortaleza (18% dos votos), Teresina e Rio Branco.

Em 1996 elegemos 14 vereadores em 11 capitais (2 em Salvador, Belo Horizonte e Goiânia; em 1992 elegemos 13 vereadores em 12 capitais, 2 em Salvador). A partir de fevereiro de 99, passamos a ter presença nas Câmaras Municipais do Rio de Janeiro e Maceió, depois que os camaradas Fernando Gusmão e

Eduardo Bonfim assumiram seus mandatos. Deixamos de ter presença na Câmara de Belém, com a posse de Sandra Batista como deputada estadual no Pará. No momento, estamos presentes em 12 capitais.

Em 1992, elegemos 50 vereadores. Ao longo do mandato ganhamos outros 19, entre suplentes que assumiram (9) e vindos de outros partidos (10) e perdemos 5. Chegamos em 96 com 64 vereadores. Em 1996, elegemos 102. Ao longo do mandato ganhamos 14, sendo 4 suplentes e 10 de outros partidos e perdemos 15 vereadores. Estamos hoje com 101 vereadores. Em 1996, fora as capitais, no universo dos 88 municípios com mais de 100 mil eleitores votantes (projetados para 2000), elegemos vereadores em 14.

A tática adotada nessas eleições foi a do lançamento de candidaturas concentradas ou mesmo únicas em cada cidade, estabelecendo coligações no majoritário e no proporcional. Essa tática foi aplicada em 544 cidades. Foram lançados candidatos sem coligação ou mesmo em chapa própria em apenas 50 cidades. Dessas 50, 25 eram de São Paulo, 8 do Rio, 1 da Bahia, Estado que tem 1/5 do total de vereadores do Partido no país. Foi eleito vereador comunista sem coligação proporcional em Jaú e Pari-

si, (São Paulo); Angra dos Reis e Quissamã, (Rio de Janeiro). Um desempenho positivo de 8%. Nos restantes 544 municípios, foram eleitos vereadores comunistas em 94, o que perfaz um resultado positivo da aplicação da tática da concentração com coligação da ordem de 16,57%.

Nas 50 cidades sem coligação, o PCdoB lançou 366 candidatos e elegeu 6 vereadores, o que perfaz um índice de eficácia da ordem de 1,63%. Nas 544 cidades onde ocorreram coligações no proporcional, foram lançados 928 candidatos e eleitos 89 parlamentares. Nessas localidades, a eficácia sobe para 9,59%.

Eleições de 1998

A força da legenda do PCdoB cresceu gradativamente, apesar da tática eleitoral em 98 não apresentar e não estimular o voto na legenda. Entre 94 e 98 a legenda do Partido cresceu 369,55%. O Partido recebeu pelo menos um voto para deputado federal em 3.786 municípios (67,64% dos municípios brasileiros).

Dos 45 megamunicípios que possuem acima de 200 mil votantes projetados para 2000 (cidades com mais de meio milhão de habitantes), o PCdoB tem vereadores em 11 cidades e deputados em 1. Entre 100 mil e 200 mil votantes tem vereadores em 8. Nas 119

cidades entre 50 mil e 100 mil votantes, tem 16 vereadores; nas 370 cidades entre 20 mil e 50 mil votantes tem vereadores em 16. Os outros 50 vereadores comunistas estão em municípios com menos de 20 mil votantes.

O Partido existe em cerca de 750 municípios. Nas eleições do ano 2000 é provável que o Partido continue adotando a concentração de candidaturas em coligação proporcional com outros partidos, porém lançando candidaturas próprias nos municípios onde as coligações proporcionais se mostrarem inviáveis e/ou que o Partido avalie que possui força eleitoral suficiente para buscar o quociente eleitoral, procurando ainda coligação para prefeito; lançando chapa própria para prefeito e para vereador, igualmente neste caso fazendo forte campanha para legenda, em determinados municípios, sem desconsiderar as alianças; e também participando das eleições em mais municípios do que em 1996.

Para o lançamento de candidatos majoritários (prefeitos e vice-prefeitos), o melhor cenário seria aquele em que o candidato do Partido reunisse condições de ser um pólo unificador do pleito, contando, assim, com o apoio de outros candidatos da frente política.



NACIONAL

Reforma do judiciário proposta pelo governo é retrocesso democrático e social

PAULOMACHADOGUIMARÃES
ELÚCIOFLÁVIODECASTRODIAS*

Comissão Especial da Câmara está apreciando a proposta de reforma do Judiciário. O relator é o deputado Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB. Aqui analisamos as propostas do relator.

Súmula Vinculante e Avocatória

A proposta sugere maior concentração decisória na cúpula do Poder Judiciário. No Supremo Tribunal Federal e demais Tribunais Superiores haverá a possibilidade de "aprovar **súmula que terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário sujeitos à sua jurisdição e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal**"; no Supremo Tribunal Federal e no Superior de Justiça, a possibilidade de acolher **incidente de inconstitucionalidade** e de **interpretação de tratado ou lei federal** para proferir decisão sobre a matéria suscitada, podendo, em consequência "**determinar a suspensão... de processos em curso perante qualquer juízo ou tribunal**".

A súmula vinculante atribui às orientações jurisprudenciais em cada um dos tribunais superiores força de lei. Tende a abolir a separação de poderes, vedada pela Constituição Federal. Esta medida ofende o princípio do juízo natural, segundo o qual o juiz tem o poder de decidir livremente as demandas submetidas à sua apreciação. Cerceia o debate de questões jurídicas controvertidas, considerando, por exemplo, o universo dos primeiros 50 ou 100 recursos que lhe chegarem ao conhecimento.

A determinação de suspensão da tramitação de processos em curso consiste em efetiva medida **avocatória**, caracterizando ato arbitrário atentatório contra o devido processo legal, implicando na supressão de instância, somente adotado pela ditadura militar em 1977.

Essas duas propostas não sugerem qualquer medida que assegure a estabilidade jurídico-normativa do país. O governo federal poderá continuar alterando a legislação ordinária, poderá firmar tratados internacionais, tudo com violação a direitos dos cidadãos, com agressão à autonomia das unidades da federação, com atentado à separação dos poderes, com violação, enfim, às regras constitucionais. Casos que ganhem maior repercussão ou impacto, como o desconto dos aposentados e pensionistas, poderiam ser resolvidos pelo incidente de inconstitucionalidade, ou por incidentes de interpretação de tratados e de lei federal. São medidas autoritárias e de cúpula.

Extinção da Justiça do Trabalho

O relator sugere a extinção dos tribunais e juízes do Trabalho. Propõe que "**a lei criará órgãos de conciliação, mediação e arbitragem, sem caráter jurisdicional e sem ônus para os cofres públicos, com apresentação de trabalhadores e empregadores, que terão competência para conhecer de conflitos individuais do trabalho, no prazo legal, como condição para a propositura da ação judicial cabível**".

A condição imposta para a propositura da ação trabalhista fere a garantia de prestação jurisdicional prevista no art. 5º e esbarra no óbice do inciso IV do § 4º do art. 60 da Constituição. A apreciação judicial das demandas trabalhistas é, no entanto, transferida para a Justiça Federal, que teria varas exclusivas e especializadas.

Sob o aspecto administrativo, o des-



locamento da competência para processar e julgar as reclamações trabalhistas para a Justiça Federal só se justifica com a adoção das súmulas vinculantes e das avocatórias, na medida em que as matérias seriam em sua grande maioria sumuladas. Além disso, extinguindo-se os Tribunais Regionais do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho, os recursos seriam também encaminhados respectivamente para os Tribunais Regionais Federais e para o Superior Tribunal de Justiça.

Mas o mais grave é a supressão do poder normativo da Justiça do Trabalho. O Poder Judiciário não poderá estabelecer normas e condições quando uma das partes no conflito se recusa à negociação ou à arbitragem.

Outro aspecto mal enfocado é a extinção dos juízes classistas. Se por um lado é forçoso reconhecer que a realidade atual do tratamento normativo e a prática verificada em muitas Juntas de Conciliação e Julgamento em relação aos juízes classistas revelam efetivos desgastes na figura dos juízes leigos, por outro não se deve desconsiderar que os juízes classistas representam experiência de participação popular na administração da Justiça que deve ser aprimorada, corrigidos seus erros e distorções.

Justiça Militar

Sugere a redução da composição do Superior Tribunal Militar de 15 para 7 ministros. Essa providência acarreta certa diminuição de gastos. Por outro lado, considerando que a nova feição da Justiça Militar transformaria o STM em tribunal de 2ª instância, é razoável supor que as reduções dos gastos venham a ser absorvidas em outras esferas do Tribunal.

Tem sido destacado como significativa alteração a idéia de qualificar os **crimes militares** como **propriamente** militares e **impropriamente** militares. Ocorre que esta qualificação não resolve os problemas de competência da Justiça Militar, justificando sua existência. Os atuais dispositivos constitucionais estabelecem, como a proposta do relator, que os crimes militares serão "**definidos em lei**". Portanto, cabe ao legislador ordinário estabelecer o que é crime propriamente militar, sem necessitar de que esta inócua qualificação seja constitucionalizada. Quanto à Justiça Militar estadual, a sugestão de término da 2ª instância não resolve o principal problema relacionado à definição legal do que é crime militar.

Conselho Nacional de Justiça

O relator sugere a criação de um Conselho Nacional de Justiça constituído por 9 membros, para mandato de 2 anos: o presidente do Supremo Tribunal Federal, que presidiria o CNJ; 2 ministros do Superior Tribunal de Justiça, sendo 1 o corregedor do Conselho; 1 desembargador

indicado pelos Tribunais de Justiça; e 3 juristas indicados pelo Supremo Tribunal Federal, após aprovados pelo Senado Federal. Este Conselho exerceria o controle administrativo do Poder Judiciário. O problema consiste na sua composição. Seus membros são originários da cúpula do Poder Judiciário ou são indicados pelo Supremo Tribunal. Isto significa concentração decisória nos órgãos superiores do Poder Judiciário.

O que vem sendo reivindicado por operadores do Direito e setores sociais organizados é o estabelecimento de um mecanismo que exerça um **controle externo** do Poder Judiciário. Não tem cabimento conceber um órgão que exerça a fiscalização e o controle das atividades do Poder Judiciário sem a participação do ministério público, da advocacia pública, dos advogados e da defensoria pública. A idéia do Congresso Nacional indicar nomes de cidadãos para compor esse Conselho consiste em mecanismo institucional de legitimação da participação de representantes da sociedade, porque escolhidos por representantes eleitos diretamente pelo povo.

Princípios da Magistratura e Garantias aos Juízes

O relator sugere ainda algumas alterações nos critérios constitucionais para a promoção de juízes, para remoção e perda de cargo, para obtenção de vitaliciedade, sobre subsídios, que analisados em seu conjunto representam um recrudescimento do tratamento draconiano dispensado aos juízes na 1ª instância, exatamente por onde começam as demandas judiciais, e que por isso devem estar em contato com os anseios populares, como decorrência de determinação constitucional.

Competências do Supremo Tribunal Federal

O relator prevê competências do STF como a arguição de inconstitucionalidade contra súmula vinculante. Desloca para o Superior Tribunal de Justiça competência para processar e julgar ministro de Estado e membro do Tribunal de Contas da União. Altera a preposição do dispositivo que dispõe sobre o conhecimento de Recursos Extraordinários interpostos de decisões que contrariarem dispositivo da Constituição ou tratem da validade de lei ou ato de governo local em face da Constituição Federal e não mais desta Constituição. Esta pequena alteração visa afastar a alegação segundo a qual o Recurso Extraordinário não pode ser conhecido porque o constituinte originário, ao utilizar a preposição **desta**, referia-se ao texto constitucional sem emendas, enquanto que a preposição **da** remete ao entendimento quanto ao cabimento de RE contra violação de qualquer dispositivo da Constituição, considerando-se as emendas constitucionais pro-

mulgadas. Adiante, prevê que o STF pode decidir que uma lei inconstitucional só perca a validade do momento em que for julgada para a frente. Hoje, se o STF declara a inconstitucionalidade de uma lei, tudo o que foi feito com base nela perde o valor, pois ela é considerada nula desde a sua edição.

Competências do Superior Tribunal de Justiça

Pelo relatório, o STJ receberia competência para processar e julgar originariamente: nos crimes comuns, os ministros do Tribunal de Contas da União; os mandados de segurança e os "**habeas data**" contra o TCU; as reclamações contra o desrespeito de súmulas vinculantes; e o incidente de interpretação de tratado e lei federal.

Conclusão

Estas e outras alterações propostas pelo relator em relação à estrutura do Poder Judiciário não visam atender aos interesses populares. O que esta proposta pretende é adequar este poder da República para enfrentar, de maneira confiável, as reações à implementação do projeto neoliberal no país, tendo em vista a desregulamentação das relações do trabalho, a internacionalização da economia e o estrangulamento a direitos e garantias constitucionais. Trata-se de alteração do perfil do Poder Judiciário, concentrando o poder de decisão em seus órgãos superiores. As alterações não contribuem para enfrentar um dos principais problemas do Poder Judiciário: a ausência de transparência quanto ao seu funcionamento.

A crise do Poder Judiciário somente poderá ser superada no momento em que seja assegurada efetiva **estabilidade jurídico-normativa** no país, eliminando-se a possibilidade do Poder Executivo alterar a legislação ordinária por intermédio de Medidas Provisórias; aumentando-se o número de juízes, com condições adequadas de trabalho, assegurando-se efetiva e rápida prestação jurisdicional.

Um Poder Judiciário forte e satisfatório aos interesses do povo passa pela existência de juízes na 1ª instância com garantias efetivas para o exercício independente de suas funções judicantes; um segundo grau de jurisdição amplo, que assegure a apreciação rápida e segura de recursos interpostos contra as decisões de 1ª instância; e 2 tribunais superiores: o Superior Tribunal de Justiça, para harmonização da jurisprudência relativa às normas federais; e o Supremo Tribunal Federal, órgão incumbido da guarda da Constituição e por isto composto por juízes com reconhecido conhecimento jurídico e mandato.

*Assessores Jurídicos da Liderança do PC do B na Câmara dos Deputados - leia a íntegra do parecer dos advogados na edição da Classe na Internet - <http://www.pcdob.org.br>

PCdoB

Resposta ao ataque de FHC contra o programa de TV dos comunistas

O PCdoB enviou ao corredeiro geral eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral resposta ao processo em que o presidente Fernando Henrique Cardoso e o PSDB pedem a censura à propaganda eleitoral exibida nos dias 6 e 8 de julho. No programa, o PCdoB afirma que FHC estava "traindo a nação".

Doeu no calo

Os governistas ficaram descontentes com estes trechos do programa, citados na ação em que pedem a censura "...o Brasil tem um Presidente que não está preocupado com o trabalhador brasileiro. (Imagem do Presidente e um recorte do jornal *A Classe Operária* que diz "Fernando Henrique quer liquidar o Brasil"). Fernando Henrique, o FHC, prefere criar emprego em outros países, escancarando o Brasil para qualquer produto de fora"; "FHC deixa o Brasil na recessão porque é assim que o FMI quer"; "Os atuais governantes mais parecem administradores de um grande cassino a serviço de um senhor"; "O sofrimento das famílias brasileiras impõe o rompimento com o FMI e exige eleição imediata de um novo governo que defenda o País e sua gente"; "FHC não se preocupa em dar qualquer explicação para os brasileiros. Agora para o FMI ele explica tudo, até os discursos que faz, está na cara! Com FHC o Brasil depende cada vez mais dos banqueiros internacionais"; "Campos Sales, Dutra e Castelo Branco ficaram marcados como os presidentes mais entreguistas da história do Brasil. Mas pode ter certeza, Fernando Henrique é pior do que todos eles juntos. Fernando Henrique é o novo Silvério dos Reis, o traidor de Tiradentes, é hoje o inimigo nº 1 da soberania e da independência do Brasil"; "Fernando Henrique já tem o apoio dos três maiores partidos e não consegue governar. Fernando Henrique perde autoridade, está prisioneiro do FMI e dos partidos do governo. A verdade é que Fernando Henrique pretende sustentar os partidos dos poderosos e instalar um regime de ditadura com fachada de democracia"; "Fernando Henrique pretende calar a voz dos comunistas e de outros partidos populares"; "O que nós brasileiros podemos fazer contra este Presidente que está aí, o FHC?"; "Podemos nos unir contra a entrega de nosso país às multinacionais"; "Vamos nos unir em manifestações de rua contra tudo isso. Vamos dar um basta em FHC!";



"Nada mais importante na presente situação do que criar e desenvolver um amplo movimento cívico em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, destinado a impulsionar a luta contra o governo nefasto de Fernando Henrique Cardoso. Esse governo realiza uma política de traição nacional: vende o patrimônio público, submete a economia do país ao Fundo Monetário Internacional, gerando desemprego em massa e o aumento crescente da miséria entre largos setores do povo. É incapaz de resolver os problemas cruciais que afetam a maioria da população. Fernando Henrique não tem condições de continuar à frente do governo. Antes que cause maiores danos a nossa pátria e ao nosso povo, impõe-se a sua substituição do cargo que ocupa e a realização de novas eleições para a Presidência da República. É hora de mudar" (Imagem de uma faixa que diz: "Assine: Representação por crime de responsabilidade do Presidente da República"); "Escreva seu nome no abaixo-assinado que vai exigir do Congresso Nacional a responsabilização criminal do Presidente da República e a instalação de uma CPI para apurar irregularidades no processo de privatização da Telebrás".

FHC e seus apoiadores lamentam que o PCdoB pretendeu "...incutir nos telespectadores a idéia de que o Presidente da República, supostamente combinado com diretores do Banco Central, com o FMI e com políticos, estaria utilizando-se do cargo a ele conferido pelo povo para favorecer, de forma ilícita, determinados banqueiros e especuladores".

Para os governistas, o PCdoB "tem o indisfarçado escopo de romper com a estabilidade do regime, buscando a realização de novas elei-

ções em substituição àquelas já realizadas"; e a propaganda deflagra "...campanha insidiosa contra o presidente da República, com o evidente intuito de associá-lo a eventuais irregularidades cometidas por mega-investidores e especuladores perante o sistema financeiro nacional e desestabilizar um poder da República regularmente constituído".

FHC e o PSDB querem a condenação do PCdoB "à cassação do direito de transmissão de propaganda partidária a que faria jus - programa em bloco e inserções - no semestre seguinte ao julgamento da presente."

O PCdoB e o governo FHC

A propaganda comunista indica que o PCdoB "é o partido do socialismo". Informa que o Partido promove a coleta de assinaturas contra o presidente da República, para ser processado por crime de responsabilidade. Trata da contribuição dos militantes no carnê do sistema nacional de contribuições. Critica a orientação político-administrativa do presidente da República.

O 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil, de 1997, já delineava em sua Resolução Política "...o combate sem tréguas à política neoliberal comandada por FHC. (...) O PCdoB defende e pratica firme oposição ao governo FHC, como condição essencial para o êxito da perspectiva democrática e progressista".

Com o agravamento da situação do país, o PCdoB, outros partidos políticos, entidades civis e personalidades constituíram a "Frente de Oposição Democrática e Popular", que está divulgando pedido a ser apresentado ao presidente da Câmara dos Deputados, para que o presidente da República seja processado por crime de responsabilidade, caracterizado

pela prática de atos atentatórios à probidade administrativa relacionados à condução do processo de privatização da Telebrás e ao favorecimento de instituições financeiras privadas. Em consequência, o PCdoB entende ser necessário a eleição de um novo governo de união nacional, formado por forças democráticas, patrióticas e progressistas. Este novo governo resultaria da realização de novas eleições, conforme expressamente previsto no art. 81 da Constituição Federal.

Oposição decidida

O PCdoB retrata, em sua propaganda, o que o noticiário e o senso comum dos cidadãos brasileiros percebem e que os atos administrativos comprovam. Os agentes administrativos do atual governo federal se comunicam com agentes de organismos internacionais, justificam a adoção de medidas administrativas para banqueiros e investidores para que o sistema financeiro não seja "abalado" e que os principais operadores destas relações se comunicam com o presidente da República.

Concluir as inserções com a expressão *Basta de FHC* nada mais é do que divulgar à opinião pública sua posição de inconformidade e oposição à orientação que o chefe do Poder Executivo implementa em seu governo.

Neste mesmo sentido se situa a referência a Silvério dos Reis, feita pelo deputado Aldo Rebelo, líder da bancada na Câmara dos Deputados. Conhecido historicamente como a pessoa que traiu Tiradentes, o que o Partido faz nesta passagem de seu programa é utilizar comparação com esta personagem da história nacional, para destacar, de forma contundente, que o presidente da República está faltando com os compromissos firmados como titular do poder estatal, na medida em que pratica atos atentatórios contra a soberania e a independência do país, como o acordo firmado com o FMI.

Silvério dos Reis, o traidor

Cumprir lembrar que foi o presidente quem, pela primeira vez, utilizou-se desta comparação ao criticar o atual governador de Minas Gerais, quando, no início de seu governo, declarou moratória para com o governo federal. Nesta ocasião Fernando Henrique Cardoso afirmou que Itamar Franco era o Silvério dos Reis da estabilização econômica do país.

O programa apresenta o entendimento do PCdoB de que o governo FHC "...realiza uma política de traição nacional".

Externa uma crítica política à orientação adotada por um governo. Isto não só é legítimo, como necessário, sob pena da credibilidade que os eleitores do Partido seja maculada por mensagens que não correspondem ao pensamento partidário.

O PCdoB propõe que o povo resolva a grave crise por que passa o país. E para tanto sugere a escolha de um novo governo, que deve expressar a união nacional de forças democráticas, patrióticas e progressistas. Com isso recorrem à soberania popular.

Na realidade, a estabilidade do regime democrático dos poderes constituídos e da ordem social tem sido abalada pela nefasta ação do atual governo federal, em especial pelo chefe do Poder Executivo, que abusa de seu poder excepcional de adotar Medidas Provisórias com força de lei, quando firma acordos internacionais impondo ao país uma política econômica com juros escorchantes, causadores de impressionante massa de desempregados.

É no campo da divergência política que o PCdoB pugna para que à ação político-administrativa do atual governo seja dado um **BASTA** e para efeitos propagandísticos refere-se ao atual governo indicando a sigla do nome de seu chefe, **FHC**.

O presidente da República e o PSDB não demonstraram onde e de que forma a propaganda do PCdoB ofende a "honra, imagem e reputação" de Fernando Henrique. Além disso, o pedido de concessão liminar formulado pelos representantes é juridicamente impossível. Não há que se cogitar em impedir a reapresentação de propaganda partidária. Esta possibilidade legal ocorre apenas quando se tratar de propaganda ofensiva à honra de candidato, à moral e aos bons costumes. No caso da propaganda do PCdoB, não existe candidato algum e os governistas não alegaram qualquer ofensa à moral e aos bons costumes.

O PCdoB veiculará nos dias 31 de julho, 7, 10 e 14 de agosto as inserções nacionais de 5 minutos diários e no dia 2 de setembro apresentará sua propaganda partidária em rede nacional, com dez minutos de duração, conforme decisão deferida por este Tribunal Superior Eleitoral, todas relativas ao 2º semestre. A Constituição veda o estabelecimento de censura prévia, resultando desta circunstância a impossibilidade jurídica do pedido dos governistas.

O PCdoB confia que o Tribunal Superior Eleitoral julgue a representação improcedente, reconhecendo a regularidade da propaganda ora impugnada, assegurando sua regular veiculação.

MOVIMENTO

A UNE é, mais do que nunca, união!

GABRIELA MENDONÇA

Milhares de estudantes de todos os Estados do Brasil aprovaram resoluções em defesa da universidade e da educação e gritaram juntos "Fora FHC" no 46º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). O Congresso aconteceu em Belo Horizonte (MG), de 30 de junho a 4 de julho, e contou com a participação de diversas personalidades do mundo político e intelectual. Os grupos de discussão sobre conjuntura e situação nacional, ensino superior e movimento estudantil foram qualificados pela presença de nomes como o economista César Benjamin; o ex-presidente da UNE, Aldo Arantes; os cientistas sociais, Emir Sader e Luís Fernandes; Ricardo Antunes, economista da Unicamp; Altamiro Borges, do CES; os deputados federais Aloísio Mercadante (PT/SP) e Sérgio Miranda (PCdoB/MG); o cientista Bautista Vidal. Outros convidados saudaram o Congresso como o jornalista Aloysio Biondi, o prefeito de BH, Célio de Castro e o vice-governador de Minas Gerais, Newton Cardoso. A grande presença ilustre foi a do líder cubano, Fidel Castro, que foi homenageado e condecorado no Congresso (leia matéria nesta edição).

Uma das marcas do Congresso foi a pluralidade. Estavam presentes estudantes da União da Juventude Socialista-UJS (entre eles, os militantes do PCdoB), da JS-PDT, da Juventude Socialista Brasileira-JSB (ligados ao PSB), da União da Juventude Comunista-UJC (ligados ao PCB), de todas as tendências do PT, do Movimento da Juventude Trabalhista-MJT (ligados ao PTB), da Juventude Popular Socialista-JPS (ligados ao PPS), da JR8, Jovens Verdes (ligados ao PV), da Juventude do PMDB, anarquistas, trotsquistas de todos os matizes, da Juventude do PSDB, da Ação da Juventude Liberal-AJL (do PFL Jovem), e de outras organizações, além de estudantes sem vínculos organizativos. Quase todas essas correntes lançaram chapas no Congresso e estarão representadas na diretoria da UNE. Com essa pluralidade, a UNE reafirma o seu caráter democrático e apartidário, e reafirma-se também como única entidade nacional dos universitários brasileiros. Foi abortada uma ação patrocinada e monitorada pelo Palácio do Planalto para dividir a UNE.

No dia 3, foi realizado um ato político com a presença do deputado federal e ex-presidente da UNE, Aldo Rebelo (PCdoB/SP); do presidente do Partido dos Trabalhadores, José Dirceu; do ex-governador (RS e RJ) Leonel Brizola, presidente do PDT; do ex-governador (PR) Roberto Requião (PMDB) e representantes do MST. Foi uma manifestação em apoio à união das forças oposicionistas e em repúdio ao governo FHC.

Principais polêmicas

Várias chapas foram apresentadas no 46º Conune. A União da Juventude Socialista fez parte do movimento *Refazendo* e levou uma grande bancada defendendo a universidade pública, a unicidade da UNE e a amplitude na luta contra o governo FHC. Grupos esquerdistas do PSTU e da chamada esquerda do PT se uniram no movimento *Rompendo Amarras* e tentaram impedir o andamento do Congresso, criando entraves artificiais e atacando a direção da entidade e o movimento *Refazendo*.

As principais polêmicas giraram em

Plenária do movimento *Refazendo* em frente ao Mineirinho

torno do tipo de eleição para diretoria da UNE – congressuais, defendida pela *Refazendo* e pela chapa *Não Vamos Pagar Nada* (da Juventude Revolução, movimento ligado a corrente O Trabalho, do PT); e diretas, defendida pela *Rompendo Amarras*, chapa *Mudança* (Articulação Estudantil do PT) e as juventudes do PFL e PSDB –; da unificação das carteiras de estudante nacional e mundial; e da indicação ou não de membros por parte da UNE para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Os grupos de oposição *Rompendo Amarras* e *Mudança* não aceitaram a votação desses itens por contraste visual de crachás e exigiram votação por cédula. Quando a votação se iniciou na manhã do último dia do Congresso, esses grupos, numa atitude irresponsável, buscaram atrasar e inviabilizar o término do Congresso. A UJS e o movimento *Refazendo*, para garantir a viabilidade do Congresso, retiraram sua proposta de carteira e CNE para que o congresso continuasse e a votação de tipo de eleição e a eleição da nova diretoria acontecesse à tarde.

Após o almoço, iniciou-se o processo eleitoral, que só terminou às 2h30 da manhã de segunda-feira. Os grupos esquerdistas perderam diante da opinião dos estudantes que aprovaram eleições congressuais para diretoria da UNE – por 1491 votos (58%) para eleições congressuais contra 1075 (42%) para eleição direta – e elegeram a chapa *Refazendo* para encabeçar a próxima diretoria. Veja o resultado:

- Refazendo: 1298 votos (52%)
- Rompendo Amarras: 695 votos (28%)
- Mudança: 278 votos (11%)
- Não Vamos Pagar Nada: 110 votos (5%)
- Liberdade e Fácil: 93 votos (4%)

Refazendo o movimento estudantil

A bancada do movimento *Refazendo* fez uma grande plenária no último dia. Falaram o presidente da entidade Ricardo Cappelli, o presidente agora eleito, Wadson Ribeiro, e diversas lideranças dos Estados. Após a plenária, os estudantes entraram no Ginásio em passeata cantando e gritando palavras de ordem, demonstrando a força do movimento.

Os militantes da UJS e do PCdoB presentes ao Congresso demonstraram sua responsabilidade com o movimento estudantil e com a luta em defesa do ensino superior e de um Brasil mais justo e melhor. "A União Nacional dos Estudantes, no que depender de nós, vai continuar sendo unitária e plural, representando todos os estudantes brasileiros independentemente de sua opção política", afirma o presidente a UJS, Orlando Silva.

Para chegar ao Congresso da UNE, a militância da UJS trabalhou durante 4 meses para divulgar e debater as concepções e as propostas do movimento *Refazendo*. Essas propostas foram amplamente aceitas, atraíram lideranças independentes e mesmo filiados a outras organizações juvenis. A Juventude Socialista do PDT incorporou-se ao movimento durante o Congresso.

Construindo uma UNE melhor

O novo presidente da UNE é o mineiro Wadson Ribeiro, 22 anos, estudante de medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Wadson foi diretor de Escolas Públicas na última gestão da UNE; diretor do Diretório Central dos Estudantes da UFJF e presidente do Diretório Acadêmico do curso de Medicina.

Classe: *Quais as principais questões que a UNE vai enfrentar no segundo semestre de 99?*

Wadson: Vamos continuar nossa luta contra o projeto de autonomia universitária do governo; pela reabertura do crédito educativo e contra o projeto do governo que vincula o crédito a bancos privados. Criaremos também um movimento contra o aumento das mensalidades nas universidades privadas. Pretendemos fazer um grande ato político na posse da nova diretoria da UNE em defesa da educação e do país. E no dia 26 de agosto os estudantes vão ter uma grande participação na Marcha a Brasília. Nossa idéia é criar nú-

cleos, grupos de discussão e fóruns estaduais para engrossar o movimento do "Fora FHC".

Classe: *Como funciona a relação da UNE com os partidos políticos?*

Wadson: A UNE é uma entidade civil que defende a participação democrática e o debate de idéias. Os militantes de partidos políticos podem contribuir para esse debate, assim como os estudantes independentes. Ao contrário, do que a imprensa e setores conservadores tentam divulgar, a UNE não pertence a um ou outro partido e sim aos estudantes brasileiros.

Classe: *Quais as metas para a próxima gestão?*

Wadson: Precisamos avançar na nossa concepção de movimento estudantil. Aliar os problemas específicos do cotidiano dos estudantes como recesso, falta de professores, debilidades nas instalações e estrutura e qualidade de ensino nas universidades com a crítica mais ampla ao governo e seu projeto de educa-

Eleições congressuais ou diretas?

Durante o Congresso da UNE, criou-se uma grande polêmica em torno do tipo de eleição para diretoria da entidade, se congressuais ou diretas.

A União da Juventude Socialista defende as eleições congressuais por acreditar que esta seja a forma mais democrática de se realizar o processo.

Mas por que mais democrático?

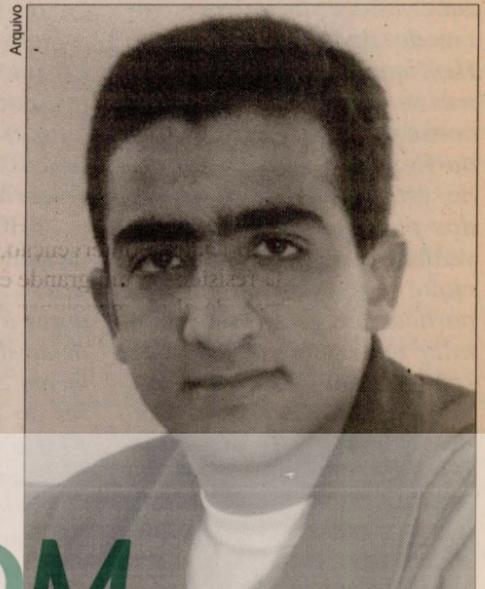
O Brasil é um país de dimensões continentais, o que praticamente inviabiliza a realização de campanhas e fiscalização em todos os Estados, privilegiando o crescimento de grupos financiados por partidos políticos e grandes grupos econômicos. Eleições diretas acabariam favorecendo a manipulação da mídia e do poder financeiro. Permitiriam a participação, em condições desiguais, de forças alheias ao debate do movimento estudantil e discordantes do enfrentamento que a UNE vem fazendo à política educacional do governo FHC. E os estudantes independentes, desligados das estruturas partidárias, não poderiam, nessas condições, montar chapa para participar da diretoria da UNE como ocorre em diversos congressos.

O Congresso da UNE é um dos mais democráticos dentre as entidades do movimento popular brasileiro. Os delegados são eleitos na base, pelos estudantes de cada curso em cada universidade do país.

Outras entidades populares também realizam eleições congressuais como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e o MST (Movimento dos Sem-Terra).

Além disso, da forma como foi colocada no 46º Congresso da UNE, a proposta de eleições diretas caracterizou-se por oportunismo e demagogia. Grupos esquerdistas se uniram com grupos de direita para defender a proposta com o intuito de desqualificar a diretoria da entidade e o movimento *Refazendo*.

Na opinião do presidente eleito da UNE, Wadson Ribeiro, "para que a UNE represente mais e melhor os estudantes de todo país é preciso que o movimento se organize de baixo para cima, que todas as entidades (DAs, DCEs, UEEs e UNE) estejam ligadas e que exista uma boa comunicação entre elas".



Wadson Ribeiro, presidente eleito

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

MOVIMENTO

A brava resistência da UNE

RICARDO ABREU (ALEMÃO)
EORLANDO SILVA JR.

O 46º Congresso da UNE revelou o sentimento democrático, progressista e patriótico dos estudantes, além da defesa incondicional da UNE. Todas as propostas do *Refazendo* foram aprovadas por contraste visual. A combatividade e a disposição de luta dos estudantes, uma marca tradicional da UNE, revelou-se na discussão dos problemas dos estudantes relacionados à vida universitária e na aprovação do "Fora FHC".

As lideranças dos movimentos *Rompendo Amarras* (ligados à "esquerda" do PT e à Juventude do PSTU) e *Mudança* (ligados à Articulação Estudantil) tiveram táticas de despolitização,

provocando e atacando abertamente o PCdoB e UJS.

A "esquerda" do PT e o PSTU tentaram ao tempo todo obstruir o andamento do Congresso; fizeram uma verdadeira guerra psicológica, tendo como alvo os estudantes do *Refazendo* e com o objetivo de transformar, como em um golpe, uma minoria em maioria, fazendo exigências absurdas para a votação das propostas e vários pedidos de contagem de votos para inviabilizar o Congresso e levar as plenárias até a madrugada, trancando milhares de estudantes durante horas e sem alimentação dentro do ginásio do Mineirinho.

A maioria do *Refazendo* era mais expressiva do que a registrada na eleição da diretoria, pois muitos delegados se retiraram do



Debates no Congresso

Congresso ou não votaram diante da tensão.

Se não bastasse, os setores da "esquerda" do PT e do PSTU, durante o ato político, vaiaram o presidente do PT, José Dirceu, chamando-o de "pelego"; vaiaram Requião e Aloísio Biondi. Enquanto a UJS e o *Refazendo* ele-

geram como principal inimigo o presidente FHC, esses setores sectários e anti-unitários, elegeram o PCdoB e a UJS como inimigos principais. Mas, foram os principais derrotados.

Infelizmente, as principais lideranças da Articulação Estudantil não tiveram clareza do momento e nem a necessária independência e, em alguns momentos do Congresso, foram levadas pela mesma prática.

A militância da UJS e toda a bancada do *Refazendo*, por sua vez, tiveram muita combatividade, unidade e firmeza.

Os dias que se seguiram ao Congresso registraram um impressionante acesso de ira dos principais meios de comunicação do país e, considerando que são eles verdadeiros porta-vozes das

elites nacionais, vê-se de onde vem tal pecado.

Editoriais e matérias ácidas, atacavam o fato de o Congresso da UNE ter eleito pela 6ª vez consecutiva, como presidente, um jovem comunista, marcando a UNE nos anos 90 pela presença do PCdoB, através da UJS.

Querendo impor à UNE uma falsa "democracia" do poder econômico, da mídia e da manipulação, os porta-vozes das elites passaram de ladinos a paladinos da participação estudantil e das eleições diretas para entidade. Na verdade, estão inconformados com a resistência da UNE aos seus dogmas, não aceitam a recusa por parte dos estudantes à pura e simples conversão ao pensamento único hegemônico no mundo.

Fidel Castro encontra estudantes

O comandante Fidel Castro, presidente de Cuba, visitou o Congresso da UNE, onde recebeu o título de presidente honorário da entidade e ganhou de presente uma camisa da seleção brasileira de futebol. O líder cubano foi saudado com entusiasmo pelos milhares de estudantes presentes. Abaixo, trechos de seu discurso.

(...) "Para que possam compreender melhor o que digo devo explicar-lhes que experimentei realmente uma grande satisfação quando soube que coincidentemente com a famosa Cimeira, teria lugar, 24 horas depois, um Congresso de estudantes brasileiros com milhares de delegados de todas as universidades ao qual tive a honra de ser convidado. Desde o primeiro momento senti alegria, orgulho, esperança e desejo de conhecê-los e estava decidido a fazer o possível para comparecer. (...)

A Cimeira significou a oportunidade de caribenhos, latino-americanos e Europa - não toda a Europa, os 15 membros da União Européia - participarem de uma reunião muito importante, porque existem contradições inquestionáveis entre os interesses europeus e os interesses dos Estados Unidos.

Os EUA desejam abarcar inteiramente à América Latina e ao Caribe, através do chamado Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA). Cuba está fora, apesar da oposição forte dos caribenhos e de alguma resistência, mais ou menos firme, de alguns países latino-americanos. (...)

O embargo americano

O ponto sobre a referência à Lei Helms-Burton* tem seu destaque. Nossa delegação, em análises e intercâmbios com os latino-americanos, havia elaborado um parágrafo - e, curiosamente, um parágrafo aceito pelos europeus* - onde era expressa a oposição à toda lei ou ação extraterritorial, especialmente como a lei Helms-Burton. (...) Os europeus, por exemplo, se opunham de for-

ma unânime a qualquer referência em defesa da Carta das Nações Unidas, a qualquer referência condenatória da intervenção em outros países, a qualquer referência relativa à defesa da soberania nacional. Bem, soberania nacional, direito de não intervenção, autodeterminação, enfim, um parágrafo que continha os que foram e são hoje, e talvez hoje mais do que nunca, direitos sagrados, vitais e não negociáveis para a imensa maioria do mundo.

(...) Na manhã do domingo apareceu uma formulação: os europeus aceitavam uma linha e meia sobre o tema, um conceito mais amplo; quer dizer, contra toda forma de extraterritorialidade, ainda que aproveitando para tirar a referência específica à lei Helms-Burton. (...) Sábado, às 23h45, recebemos a informação de nosso chanceler no Rio de que a Europa havia aceitado o parágrafo onde se colocava de maneira clara o seguinte: "esta associação estratégica se sustenta no pleno respeito ao direito internacional e nos propósitos e princípios contidos na Carta das Nações Unidas, os princípios da não intervenção, o respeito à soberania, à igualdade entre os Estados e à autodeterminação."

Ficava pendente simplesmente se o nome e o título da Helms-Burton apareceria (...). Dissemos aos nossos representantes: "Ter alcançado esse parágrafo, nesse momento, sobre não intervenção, soberania, etc, etc é um grande êxito, ao lado do qual mencionar ou não aos senhores Helms e Burton não tem importância, sobretudo quando nessa linha e meia se rechaça toda a pretensão de extraterritorialidade." E lhes disse: "Esqueçam desses dois senhores, que não são dignos de aparecer em um documento como esse, estão já suficientemente desprestigiados; não vamos iniciar a reunião de cúpula, onde há tantas coisas que discutir, pela questão de discutir, pelo nome desses senhores." (...)

Estávamos felizes porque o ponto chave, o ponto estratégico era

o parágrafo que os europeus não queriam incluir sob nenhum argumento, relacionado com a não intervenção, com o respeito à soberania etc. (...)

A invasão dos Balcãs

As posições de Cuba saíram fortalecidas, eu o digo sinceramente. Muitos dos pontos que se incluíram foram iniciativas de Cuba e receberam apoio de uns quantos países latino-americanos, porque não são poucos os países latino-americanos muito sensibilizados com a idéia do direito da OTAN e dos EUA lançarem bombas e mísseis a qualquer momento, qualquer dia, com qualquer pretexto, sobre as cidades, as indústrias e, o que é pior, os cidadãos, a população do país. (...)

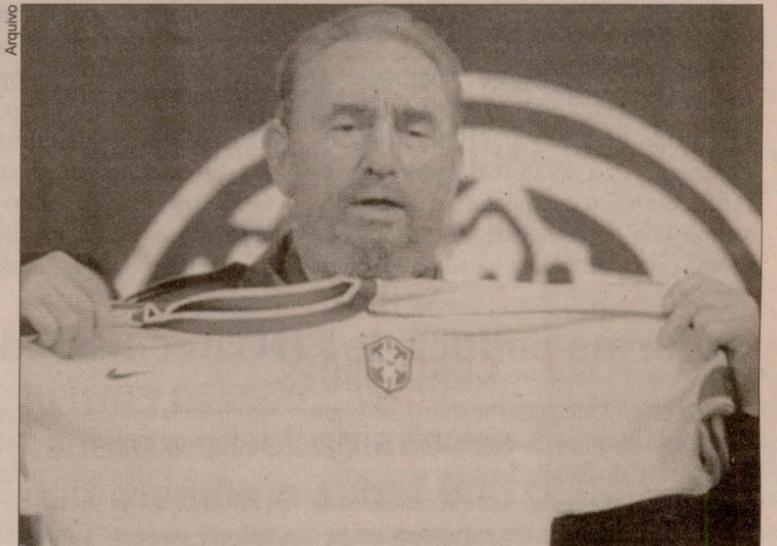
E que fiz eu? Posto que havia uma declaração e posto que houve uma solene comemoração em Washington 24 de abril passado, um mês depois de iniciada a carnificina e o genocídio da Iugoslávia - Declaração de Princípios da OTAN - com uma aparente euforia que não tinha nenhuma base, porque acreditavam que os bombardeios durariam 3 dias, e os menos otimistas acreditavam que durariam 5, e, no entanto, ao cabo de um mês o povo sérvio resistia. (...)

Quando o Ocidente, e em primeiro lugar a Europa, desmembrou a Iugoslávia, começaram as guerras e as matanças múltiplas entre os povos que haviam constituído aquela Iugoslávia que durante quase meio século viveu em paz. (...)

Pátria mundial

Escutei aqui falar do Brasil e da união dos brasileiros para alcançar a pátria com que sonham e digo que estes não são tempos de pensar na própria pátria; temos que pensar em termos da pátria latino-americana e caribenha. (...)

Estão chegando os tempos de pensar na pátria mundial; estão chegando os tempos de pensar no mundo, porque esse mun-



Fidel é homenageado por estudantes brasileiros

do inexoravelmente se globalizou sob a filosofia do mais triste e cruel dos conceitos ou das concepções, que é um mundo globalizado sob a égide de uma superpotência única e em prol de um mundo unipolar, não para salvá-lo, mas para destruí-lo; não para trazer a justiça de que necessitamos todos, mas para escravizá-lo ainda mais, se for possível; para saquear-nos mais, se for provável; para humilhar-nos ainda mais, para destruir nossos sonhos que são indestrutíveis, para destruir nossas culturas que devemos preservar e multiplicar, porque união não significa o fim das culturas. (...)

Sonhamos com um mundo que não esteja regido por uma falsa monocultura universal, mas com um mundo onde subsistam e se desenvolvam todas as culturas; um mundo onde subsistam e se desenvolvam todos os idiomas. (...)

Chame-se justiça, chame-se liberdade e chame-se direitos humanos onde exista igualdade, respeito para todos, cultura para todos, porque sem cultura não se pode ser livre, sem cultura não se pode ser sequer democrata.

De que democracia estão falando onde milhões e milhões de pessoas não sabem sequer ler ou escrever, onde milhões de crianças morrem porque não tiveram uma vacina ou uns sais de rehidratação oral que custam centa-

vos? De que direitos humanos podem falar aqueles cujo sistema mata dezenas de milhões todos os anos de fome, pobreza, de falta de alimentos, medicamentos, moradia, roupa, sapatos? (...)

Nosso país é pobre, bloqueado e perdeu de repente nosso mercado de açúcar e outros produtos, nossa cota de combustível, créditos e tudo mais. Resistimos dez anos depois de tão duro golpe, e continuaremos resistindo, e enriquecemos nosso capital humano ano a ano. É o que temos! Mas porque temos isso podemos dizer o que esse país imensamente rico, cujo o Produto Interno Bruto anualmente alcança quase 10 trilhões de dólares, 600 vezes mais que a pequena Cuba, não pode dizer. (...) Nosso país vive de valores. Resistiu por valores, realizando não só batalhas econômicas, mas também no terreno da luta contra o terrorismo, os atentados. (...)

Ricardo Cappelli, sonho com o dia que vocês possam organizar um congresso latino-americano de dirigentes estudantis. Se não têm espaço, contem com Cuba quanto queiram. Nós temos que levar a cabo uma luta unitária; temos que trabalhar unidos para formar consciências, para

até a vitória sempre!"
*Lei norte-americana de autoria dos deputados Helms e Burton que impõe sanções contra Cuba.

MOVIMENTO

Comunistas: ousadia para construir o Fora FHC

Ousadia. Esta é a palavra para o que vem acontecendo no Ceará nestas férias. A UJS e o Partido iniciaram uma grande ofensiva na campanha do abaixo-assinado pela CPI da Telebrás. As bandeiras vermelhas e o Pico-som (carinho de picolé com caixas de som) são presença marcante nos shows que animam as férias da capital cearense: diversão e a rebeldia da juventude garantiram mais de 2000 assinaturas.

Foi assegurada por mobilização da UNE a validade da carteira nacional nos eventos culturais, notadamente na Exposição do Crato, que reúne milhares de jovens de todo o Estado, fato que mereceu destaque na imprensa do Estado. Lá também o abaixo-assinado é prioridade e a CPI da Telebrás ganha o apoio da população, cansada de tanto engodo, corrupção e pirataria com o patrimônio público.

Uma pixação Fora FHC! da UNE também foi feita e, para completar, foi tirada a meta mínima de 10 000 assinaturas nas três Universidades (UFC, UECE e UNIFOR), campanha que é iniciada pela UJS, mas pretende angariar apoio de DCEs, Centros Acadêmicos, professores e personalidades.

Durante o período de matrícula da UECE universitários e o comitê distrital do Partido na área garantiram 1600 assinaturas. Ato serão realizados nos diversos cursos e a expectativa é de construir o Dia Nacional de Luta de 26 de agosto como uma data inesquecível para

o Governo FHC, o início de seu fim.

Outra iniciativa que merece destaque é a política de finanças que está sendo feita para garantir a Conferência Estadual. Os delegados que não puderem pagar a taxa de inscrição podem optar por vender as fitinhas do Fora FHC (2000 foram feitas), ou então os adesivos de carro (500). A união entre economia, Fora FHC e construção partidária promete dar bons resultados.

Goiás engrossa o abaixo-assinado

Já foram colhidas 10 mil assinaturas no abaixo-assinado para promover o enquadramento do presidente FHC em crime de responsabilidade, em Goiás. O abaixo-assinado está sendo organizado pelo comitê goiano do Movimento em defesa do Brasil e merece destaque a grande adesão dos desempregados que, cada vez com menos perspectivas de trabalho, não hesitam em gritar "Fora FHC".

"A intenção é que 50 mil pessoas assinem o documento", prevê Adalberto Monteiro, presidente do PCdoB/GO e um dos coordenadores do Movimento. Para o PCdoB, a cota estipulada é 10 mil. Os comunistas, que estão jogando papel fundamental no movimento, já conseguiram mais de 4 mil assinaturas na capital e estão dirigindo esforços para que o interior também consiga êxito na campanha. Adalberto também chama a atenção para o fato de que a adesão é espontâ-



A deputada Jussara Cony (ao centro), na coleta de assinaturas em P. Alegre

nea. "Várias pessoas pedem cópias do documento para levar para os seus bairros e locais de trabalho, o que significa que estão fazendo o movimento crescer", diz o dirigente comunista.

Gaúchos e cariocas reforçam a campanha oposicionista

No Rio Grande do Sul, entidades sindicais, comunitárias, partidos políticos e pessoas comuns estão se empenhando em buscar cada dia mais assinaturas para o abaixo-assinado para o enquadramento de FHC.

O PCdoB está colocando uma banca na Esquina Democrática, centro da capital gaúcha, para coletar assinaturas. Segundo a deputada estadual do PCdoB, Jussara Cony, estão sendo coletadas mais de mil assinaturas por dia. "Em apenas 10 dias, 12 mil pessoas, somente aqui na

Esquina Democrática, assinaram o abaixo-assinado", informou Jussara.

No dia 26, no Rio de Janeiro, tem início a Marcha pelo Brasil com manifestação, no edifício da Petrobras na Av. Chile contra as privatizações da Petrobrás, Correios, CEF e Banco do Brasil e exigindo Fora FHC e o FMI. De lá os caminhantes irão até Brasília, passando por Minas Gerais, onde farão atos nas principais cidades.

No dia 26 de agosto ocorrerá a chegada da Marcha sobre Brasília, com caravanas de todo o país, com mais de 100 mil pessoas, para entregar o abaixo-assinado solicitando a instauração de CPI que investigue o envolvimento de FHC na manipulação do leilão da Telebrás. Esta também é uma atividade do Fórum Nacional de Luta.

Paulo Vinicius (CE), Comissão de AGP de Goiás e Rosimari Castilhos (RS)

Reforma política de FHC é contestada no Rio

No dia 13 de julho realizou-se o ato *Em defesa do pluralismo político no Brasil*, na ABI, no Rio de Janeiro, com personalidades, parlamentares, representantes de partidos políticos e de entidades civis e populares. Dentre os presentes estavam Aldo Arantes (PCdoB), Luis Fernandes (FAPERJ), Wanderley Guilherme dos Santos (IUPERJ), Jairo Nicolau (IUPERJ), Luis Oliveira (secretário de Assuntos Fundiários do RJ), representante de Barbosa Lima Sobrinho (ABI), Almino Afonso (senador PSB), José Antonio (dep. fed. PSB), Domingos Leonelli (dep. fed. PSB), Arlindo Chinaglia (dep. fed. PT), Alexandre Cardoso (sec. estadual e dep. fed. PSB), Luis Salomão (dep. fed. PDT), Vivaldo Barbosa (dep. fed. PDT), Carlos Alberto Oliveira (dep. fed. PDT), Jandira Feghali (dep. fed. PCdoB).

Arlindo Chinaglia chamou a atenção para a obrigação de lutar mais e melhor contra a reforma política do governo. Luis Salomão ressaltou que a reforma política de FHC é golpe contra a democracia. Almino Afonso (representando Miguel Arraes, pres. do PSB) afirmou que é a antedemocracia o que quer FHC para completar a sua obra de traição nacional.

Aldo Arantes expôs que as classes dominantes brasileiras não querem mais admitir conquistas e concessões aos trabalhadores; não admitem qualquer concessão à soberania nacional, nem sequer uma democracia limitada. A proposta da reforma é a retomada do entulho autoritário imposto pela ditadura militar.

Seminário na Academia Brasileira de Ciências

No mesmo dia foi realizado na Academia Brasileira de Ciências (Rio), o seminário *Democracia e pluralismo: a reforma política no Brasil*, promovido pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, pela Academia Brasileira de Ciências e pelo Ins-

tituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Luis Fernandes, diretor científico da FAPERJ, afirmou que as reformas políticas em pauta no Congresso apontam para a restrição da democracia e do pluralismo, caracterizando um retrocesso.

O professor Cândido Mendes disse que "o partido pequeno é o partido que teve o embrião da utopia e da mudança, e tem sua capacidade de expansão. Acabar com partido 'nanico' é atentar à noção da diferença na sua própria e necessária instauração." Para ele, essa é uma "reforma política típica do neofascismo neoliberal do Brasil, que está começando a se manifestar, na tentativa de estabelecer a cláusula de barreira."

Para o professor Werneck Vianna a reforma política de FHC está inserida num contexto de centralização política, "exatamente para promover o neoliberalismo, que precisa de controle político forte. O mercado precisa, primeiro, do controle da violência política e da brutalidade da ação das instituições (do Poder Judiciário, do Poder Legislativo) e do controle político para exercer o seu domínio, a sua primazia. Tudo isso para subsumir a vontade e ser instância determinante na vida social."

O professor Wanderley Guilherme lembrou que o número de partidos políticos e o número de votos distribuídos internamente neles não envolvem nenhuma relação com a governabilidade, e a tentativa de relacionar essas questões é falsa, pois "democracia não se confunde com governabilidade. Em nenhum estudo, livro ou análise está provado que a nossa distribuição de renda, nosso problema de desemprego, dificuldade de retomada de desenvolvimento econômico - todos os problemas de uma agenda substantiva real - sejam dependentes do número de partidos existentes no Brasil."

Reunião da SBPC debate Mercosul e transgênicos

FÁBIOPALÁCIO

Com o tema central "Mercosul: A quebra de Fronteiras?", realizou-se em Porto Alegre, de 11 a 16 de julho, a 51ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC. O evento reuniu cerca de 6 mil pessoas entre estudantes, professores, pesquisadores e demais profissionais interessados na difusão da ciência.

O debate central deste ano apontou, de forma unívoca, para a necessidade de construir o Mercosul em seus múltiplos aspectos, fortalecendo a cooperação científica, cultural e tecnológica e colocando-a a serviço do desenvolvimento econômico e do bem-estar social dos países do Cone Sul.

Transgênicos

Outro tema bastante discutido foi a questão dos produtos geneticamente modificados, os chamados *transgênicos*. A ciência ainda não chegou a evidências conclusivas sobre os impactos desses produtos na saúde humana e no meio ambiente. Apesar disso, as grandes multinacionais da área de alimentos - como a Monsanto -, buscando a realização de lucros provenientes dos milhões gastos em pesquisas, pressionam insistentemente pela liberação dos transgênicos em países do chamado Terceiro Mundo. Na Europa esses produtos vêm sendo sistematicamente recusados.

A SBPC adotou posição cautelosa em relação ao tema. É contra a liberação apressada dos transgênicos, e propõe a taxação das empresas da área para a criação de um fundo destinado à pesquisa básica sobre os transgênicos.

A SBPC deste ano esteve caracteriza-

da por um tom marcadamente oposicionista. Esse tom já podia ser percebido na abertura da Reunião, à qual estiveram presentes personalidades como o governador Olívio Dutra, o senador Pedro Simon e o prefeito Raul Pont. O novo presidente da UNE, Wadson Ribeiro, foi o mais aplaudido orador da abertura do evento.

Na Assembléia Geral da SBPC tomou posse a nova gestão da entidade, presidida pela geneticista paranaense Glaci Zancan. Pesquisadora de perfil humanista, Glaci assume com a promessa de resgatar a tradição de resistência da SBPC.

Após dar posse à nova gestão, a Assembléia aprovou as seguintes moções: contra o fim da Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA), extinta recentemente; contra as declarações discriminatórias do ministro Bresser sobre a suposta inutilidade de investir em Ciência nas áreas pobres do país, e contra a extinção dos Grupos PET (de iniciação científica), que por decisão do governo deixam de existir a partir deste ano.

Encontro de Jovens Cientistas

Pouco antes da Assembléia Geral da SBPC, foi realizado o "Encontro de Jovens Cientistas". Promovido pela Associação Nacional de Pós-graduandos - ANPG - com apoio da UNE e da UJS, o evento contou com a participação de 50 jovens cientistas entre secundaristas, bolsistas de iniciação científica e pós-graduandos.

O Encontro discutiu uma plataforma política comum dos jovens cientistas e aprovou manifesto contra o desmonte do parque científico e tecnológico. O evento também discutiu a criação da Assembléia Geral da SBPC, que deliberou por sua inclusão, para o próximo ano, na programação oficial das Reuniões da SBPC.

Afinal, qual é mesmo o "suave veneno" dos transgênicos?

FÁTIMA OLIVEIRA*

As manipulações genéticas contemporâneas consistem em adição, subtração (destruição), substituição, mutagênese, desativação ou destruição de genes. O vocábulo *transgênico* foi usado em 1982, por Gordon e Ruddle, época em que foram divulgados, nos EUA, os camundongos gigantes "fabricados" por Palminter Brinster e Hammer. Em 1983 foi feita a primeira planta transgênica. A transgênese é uma biotecnologia aplicável em animais e vegetais que consiste em adicionar um gene, de origem animal ou vegetal, ao genoma que se deseja modificar. Denomina-se *transgene* o gene adicional. O transgene passa a integrar o genoma hospedeiro e o novo caráter dado por ele é transmitido à descendência. O que significa que a transgênese é germinativa.

A engenharia genética, ao transferir genes entre espécies diferentes, elimina as fronteiras entre as espécies ao possibilitar que qualquer ser vivo adquira novas características – ou de vegetais, ou de animais, ou humanas. Feito de tal monta, com certeza, provocará inúmeras alterações na vida biológica, social, política e econômica no mundo.

Nos anos 90, praticamente inexitem controvérsias, entre os cientistas, acerca da segurança dos alimentos bioengenheirados ou de proveta. De fato, determinada proteína é sempre a mesma em qualquer ser vivo. O produto é o mesmo quanto à composição química, tanto *in natura* quanto se fabricado artificialmente. Os senões ficam por conta dos processos de fabricação. A segurança do produto não significa que os processos que lhe dão origem não envolvem riscos ecológicos. Ninguém sabe como a dialética da natureza responderá a tudo isso. Esse é um grande problema... (1)

O fenômeno da "humanização" de animais via transgênese

Na pecuária, a transgênese é realizada para acelerar o crescimento, aumentar o peso, "fabricação" de substâncias úteis, em geral remédios raros e caros, "humanização" de animais para transplantes em seres humanos etc. Animais transgênicos têm adicionado ao seu patrimônio genético genes humanos com a finalidade de imitar o funcionamento do organismo humano. São de muita utilidade na pesquisa básica, todavia alguns animais transgênicos beiram as raias do bizarro e parecem que são apenas brinquedos para a diversão de alguns cientistas.

Parece que não há respaldo ético nas sociedades contemporâneas para algo que, mesmo sendo um direito individual (o de pesquisar, por exemplo), tenha possibilidades concretas de causar malefícios para outras pessoas.

Queremos alimentos turbinados? A troca de quê?

No mundo vegetal as realizações transgênicas de maior vulto são: plantas resistentes aos herbicidas, aos vírus e ao stress abiótico; amadurecimento retardado de frutos; alteração da qualidade nutricional ou do sabor; fabricação de plantas inseticidas; aumento da produção de substâncias úteis; produção de plantas ornamentais exóticas, de plantas biorreatoras e busca de um caminho que elimine a necessidade de adubo.

No Brasil, o debate atual sobre os transgênicos teve como fio detonador a soja da Monsanto que possui um gene que a torna resistente ao herbicida Roundup Ready (RR), fabricado exclusivamente pela Monsanto, aprovada, intempestivamente, para comercialização, e conseqüentemente para consumo humano, pela CTNBio que dispensou Estudos de Impacto Ambiental! (2)

O que pensar de instituições governamentais cujo objetivo é garantir a biossegurança, mas que se arrogam o direito de dispensar Estudos de Impactos Ambientais de produtos cujos efeitos na saúde humana são uma incógnita, tão-somente porque a maioria dos seus membros se acha detentora do monopólio do saber? No mínimo a CTNBio cometeu uma imprudência e deve ser responsabilizada por ela.

O juiz federal Antônio Souza Prudente, da 6ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal determinou, em medida cautelar, que o plantio comercial da soja Roundup Ready está suspenso em todo o país. Tal medida assegura que a soja da Monsanto não poderá ser vendida até que o governo defina as regras de biossegurança e rotulagem dos organismos geneticamente modificados e a Monsanto realize Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e os resultados demonstrem que seu produto não causa danos ao meio ambiente e nem à saúde das pessoas.

A suja guerra comercial das sementes... das patentes...

Abrindo mão da reflexão sobre os riscos ecológicos em geral, para o meio ambiente e para a saúde humana, a principal decorrência cruel é de ordem econômica, pois se há uma

plantação de soja que exige um tipo específico de inseticida que só é fabricado por uma única empresa fica óbvio que criou-se um privilégio econômico.

Segundo previsões, no ano 2000 o mercado mundial de sementes movimentará cerca de 28 bilhões de dólares, dos quais 12 bilhões serão provenientes de sementes bioengenheiradas. Em 1990, quando as vendas atingiram 13,6 bilhões de dólares, as sementes híbridas (manipuladas) patenteadas responderam por 6 milhões, ou seja, quase 45% do movimento.

O grande mito que envolve as sementes selecionadas é o da alta produtividade, qualidade que, alega-se, estaria intrinsecamente associada a elas. Nada mais falso! Sua grande produtividade decorre da capacidade de absorver três a quatro vezes mais fertilizantes, desde que devidamente irrigadas. Ou seja, elas não valem nada sem fertilizantes e irrigação abundante.

Outro mito garante que essas sementes são mais resistentes às pragas. Pura ilusão. O fato é que tem se perseguido a elaboração de sementes melhores, com mais qualidades do que as fornecidas pela natureza, inclusive no que se refere a derrotar pragas. Crescem as pesquisas sobre os biopesticidas de primeira e segunda geração. Busca-se também, exaustivamente, um meio de fazer as plantas fabricarem suas próprias defesas ou venenos.

Das 25 maiores empresas de sementes do mundo, cinco encontram-se entre as sete maiores indústrias de pesticidas. São empresas com especificidade refinada e muito seletivas: só produzem sementes que resistem, exclusivamente, aos pesticidas que elas mesmas fabricam.

As lições da Revolução Verde

No final da década de 60, a Revolução Verde anunciava o fim da fome. Alardeava o melhoramento dos vegetais destinados à alimentação e acenava com as supersementes, o que asseguraria a alta produtividade. Foi uma política agrícola elaborada pelos Estados Unidos e exportada para os países pobres e em desenvolvimento. Significou a abertura e a ampliação de amplos mercados – para os norte-americanos – nos setores de sementes, fertilizantes, pesticidas e maquinaria.

O Banco Mundial financiou a implantação dessa política, e as dívidas externas dos países "ajudados" cresceram assustadoramente. Parecia que a trilha dos milagres havia sido encontrada, mas os resultados práticos dessa "revolução" não fo-



ram nada animadores. Eles demonstraram que o problema da fome é muito mais uma questão de política do que da produção agrícola em si.

Os atuais conhecimentos tecnocientíficos indicam a possibilidade de aumento da produção agrícola, mas as pessoas continuam a morrer de fome. Isso comprova que a causa da fome não reside na escassez de alimentos, e sim na apropriação privada dos alimentos por uns poucos.

A Revolução Verde foi o grande marco da penetração do capitalismo no campo e introduziu o processo de substituição da agricultura de subsistência, e suas culturas variadas, pela monocultura de cereais. E o abandono da policultura trouxe a diminuição da diversidade genética e a subordinação dos agricultores à agroindústria, pois as supersementes só alcançam, de fato, uma alta produtividade com o auxílio de adubos químicos, herbicidas e pesticidas.

Os impactos ambientais na saúde humana ainda são uma incógnita

Os impactos ambientais e sobre a saúde humana dos transgênicos ainda não estão estabelecidos, conforme leis elementares de biossegurança, logo é importante duvidar da tão propagada inocuidade dos transgênicos, já que as evidências dos malefícios são um fato.

Pesquisas realizadas em 1998 pelo médico escocês Arpad Puzstai demonstraram que batatas transgênicas de genes que produzem lectinas (proteína que danifica as células do sistema imunológico) podem modificar o metabolismo humano.

Ouçamos Claudine Guérin-Marchand, responsável pela pesquisa do CNRS, indicada pelo Instituto Pasteur, Paris, França: "A introdução de novos genes em uma planta pode conduzir a fenômenos desconhecidos e pouco previsíveis; aparecimento de novas

alergenicidades ou toxicidades e aumento da toxicidade natural. Os riscos relacionados com a presença de genes de resistência a antibióticos ainda são controversos. Temos poucos dados sobre este problema e nenhuma conclusão" (3)

Áustria e Grécia proibiram plantações experimentais de transgênicos em seus territórios e o Comitê Ambiental do Parlamento Europeu estuda uma moratória para os transgênicos. Redes de supermercados, como Tesco e Carrefour, já anunciaram que não terão produtos transgênicos e seus derivados em suas prateleiras. A Nestlé está sendo pressionada por consumidores, em vários países do mundo, para que assuma o compromisso de não utilizar transgênicos em seus produtos.

Sou de opinião que, tendo em conta a ignorância da ciência, não podemos permitir que os transgênicos passem a fazer parte de nossa alimentação tal como os produtos alimentícios da natureza, sob pena de que talvez sequer tenhamos tempo para maldizer o amanhã.

* Médica. Membro da Sociedade Brasileira de Bioética

NOTAS

(1). OLIVEIRA, Fátima. *Engenharia genética: o sétimo dia da criação*. Moderna, SP, SP, 1995, p 18-19.

(2). CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), criada pela Lei 8.974/95 de Biossegurança, regulamenta a manipulação e uso das técnicas de engenharia genética, bem como as normas para liberação no meio ambiente de organismos cujo material genético (DNA ou RNA) foi alterado por qualquer técnica de engenharia genética. De acordo com a "Lei de Biossegurança", é proibida a liberação de Organismos Geneticamente Manipulados (OGMs) no meio ambiente, fora das normas determinadas pela CTNBio, bem como produtos similares estrangeiros só poderão entrar em território brasileiro com autorização da CTNBio.

(3). GUÉRIN-MARCHAND, Claudine. *Manipulações genéticas*. EDUSC, Bauru, SP, 1999, p 228.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

INTERNACIONAL

Esquerda Unitária reforça posições no Parlamento Europeu

O grupo dos cristãos-democratas (PPE), que reúne os partidos de direita e seus aliados na Assembléia de Estrasburgo, conseguiu uma clara vantagem face ao grupo dos socialistas (PSE) nas eleições do Parlamento Europeu deste ano. O PPE obteve 224 deputados num total de 626, contra 180 do PSE, que perdeu nestas eleições 34 lugares, em grande parte devido aos maus resultados obtidos pelos trabalhistas britânicos de Tony Blair e pelo SPD de Gerhard Schroder. Dos 15 governos da União Européia, 11 são liderados pelos socialistas e agora vão ter de coabitar com uma maioria da direita num Parlamento Europeu que viu reforçados os seus poderes desde o Tratado de Amsterdã, podendo propor alguns textos legislativos e bloquear as propostas do Conselho de Ministros.

Contrariando a subida da direita, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Européia/Esquerda Verde Nórdica, em que se integram os comunistas portugue-



Prodi, presidente da Comissão Européia

ses, foi reforçado com mais um deputado, passando para 35. O mesmo aconteceu com o grupo dos Verdes, que passou de 27 para 36 deputados. As eleições registraram uma abstenção recorde de 52 por cento.

Grã-Bretanha: voto contra o euro e Maastricht

Os resultados registraram derrotas significativas para o governo do "New

Labour" e para Tony Blair, na Grã-Bretanha. Apesar da enorme percentagem de abstenções, os euro-cépticos conservadores conseguiram ser o partido mais votado: sua política contra a adesão ao euro e contra os crescentes poderes daquilo a que se chama "a Europa" foi sancionada por uma maioria de eleitores. O líder conservador William Hague consolidou a sua posição à frente do partido.

Nas melhores tradições britânicas, o povo declarou, ao votar para o Parlamento de Estrasburgo, que não quer aderir ao euro, que deseja manter a sua independência nos terrenos da economia e das finanças, que pretende unir-se na defesa da libra como moeda nacional. Começaram a surgir clamores contra o fato de os comissários que funcionam em nome da Grã-Bretanha na chamada Comissão Européia serem políticos comprometidos com o euro.

Reflexão necessária

ALBANONUNES*

Na análise dos resultados das recentes eleições para o Parlamento Europeu, ressalta a taxa de abstenção. Desde logo porque é a maior de sempre (51%). Depois, porque atinge níveis recordes na Alemanha e França, o eixo propulsor da "construção européia" de Maastricht e Amsterdã. Por fim, porque há países, como a Grã-Bretanha e a Holanda, onde a abstenção é de tal modo elevada (mais de 70%), que quase se poderia falar de boicote eleitoral.

Tão diminuta participação eleitoral constitui em si mesma uma severa condenação do tipo de "construção européia" que aí está. Opaca, distante dos cidadãos, burocrática, realizada nas costas dos povos, quase clandestina em aspectos essenciais. Com a construção de poderes supranacionais que, operando crescentes transferências de soberania, marginaliza os parlamentos nacionais e esvazia de conteúdo as instituições democráticas representativas. É a esta situação profundamente antidemocrática que se fica a dever no fundamental uma tão elevada taxa de abstenção, precisamente quando estão em marcha empreendimentos - do "euro" à "defesa européia", passando pelo alargamento e suas profundas incidências institucionais e financeiras - que são da maior importância para a Europa e os europeus. Sem esquecer as conseqüências da agressão contra a Iugoslávia, que continua.

Claro que esta atitude de protesto,

mas também de alheamento e desafeição, encerra perigos. Não basta voltar as costas à atual "construção" federalista e neoliberal, ao serviço do grande capital e das grandes potências. É preciso condená-la mais explicitamente e lutar ainda mais decisivamente por um "novo rumo", determinado pelos interesses dos trabalhadores e dos povos, como propõem os comunistas e outras forças de esquerda, cujo Grupo no Parlamento Europeu tende a ampliar-se a mais países e a crescer em número de deputados.

Os resultados dos partidos no poder na Grã-Bretanha e na Alemanha merecem particular atenção. Estamos falando, por um lado, do Partido Trabalhista de Tony Blair, o tal da "terceira via", assumidamente liberal, pró-americano militante, um dos mais notórios falcões na agressão à Iugoslávia. E por outro lado do SPD de Schroder, o "amigo dos patrões" como é há muito conhecido nos meios sindicais, profeta do "novo centro", que provavelmente passará à história como o chanceler que, mais de 50 anos após a barbárie nazi, enviou de novo tropas alemãs de ocupação para solo iugoslavo.

Estamos falando de dois partidos cujos governos foram os mais incondicionalmente alinhados com os EUA na guerra dos Balcãs, os mais empenhados nesta guerra, os que enviaram para o Kosovo os mais numerosos contingentes militares, dos que mais se encarniçam (nomeadamente no quadro da U.E., do G7 e do "plano de estabilidade" para os Bál-

cãs) em levar até ao fim a desagregação da Iugoslávia e em impor à Sérvia um governo submisso ao imperialismo.

Estamos falando do Manifesto Blair / Schroder, "Europa: a terceira via, o novo centro" lançado em vésperas de eleições para o P.E. (8 de junho) rejeitando frontalmente mesmo as mais tímidas receitas nekeynesianas e anunciando a intensificação da ofensiva do grande capital contra os direitos e conquistas dos trabalhadores.

Foi tudo isto que objetivamente foi condenado. Seja através da abstenção (que aumenta 15% na Alemanha e 13,5% na Grã-Bretanha, elevando-se aqui a 77%). Seja através das quedas eleitorais em relação às últimas legislativas que levaram Tony Blair a 1º ministro e Schroder a chanceler (respectivamente 15% e 33 deputados e 10% e 7 deputados).

Aqui fica este registro para aprofundamento da necessária reflexão. A dimensão dos problemas que estão em cima da mesa é enorme, como mostram o Conselho de Colônia da U.E. e a Cimeira do "G7+1". É, entretanto, evidente que existe um amplo espaço a conquistar pelos comunistas e outras forças anticapitalistas através da luta ideológica, do confronto de projetos e soluções, e sobretudo, pelo desenvolvimento, sempre decisivo, da intervenção das próprias massas na luta pelos seus interesses e aspirações mais sentidas.

*publicado no Avante!, jornal do Partido Comunista Português, nº 1334 - 24 Junho 1999

OUTROS 500

Visões do Brasil

Duas visões se defrontam nos preparativos do quinto centenário de nosso país. A que predomina nos meios oficiais, empresariais e na mídia traz o ranço da velha historiografia conservadora, elitista, eurocêntrica e colonizada. Não por acaso adotou a caravela como símbolo...

A ela o movimento popular precisa opor a visão crítica e insubmissa que se volta para o presente e o futuro. A visão dos tamoios e quilombolas, dos posseiros e grevistas, dos sem terra e carapintadas, do movimento operário da cidade e do campo, dos democratas e patriotas que lutaram - e lutam - para que esta segunda metade de milênio sejam **outros 500**.

Para isso, o Instituto Maurício Grabois, o Centro de Estudos Sindicais e a Editora Anita Garibaldi elaboraram dois projetos voltados para a **formação ampla** dos trabalhadores, ajudando a difundir um ambiente de emancipação cultural, amor ao saber e estudo, valorização da teoria e da luta de idéias, em especial de valorização dos feitos do povo brasileiro em sua saga por construir uma nação livre, independente e próspera.

O primeiro projeto é de um **curso de formação básica em vídeo**, feito com profissionalismo, qualidade teórica, didática e artística. Serão três módulos, com duração de 15 a 20 minutos cada, que servirão de ponto de partida para aulas sobre o tema. Versarão sobre: 1) De quem é o nosso país? 2) As lutas do povo 3) O Brasil do futuro. O projeto se completa com uma apostila de apoio e o CES assinará convênios para formação de monitores. Está prevista uma mensagem da própria entidade, apresentando o curso às suas bases.

O segundo projeto é a agenda para o ano 2000, intitulada *Brasil outros 500*. Ela visa suprir a **memória curta** na consciência dos movimentos populares. Foram selecionados cerca de 3 mil fatos marcantes de nossa história, incluindo as lutas e heróis, mais de 800 imagens, impressa em policromia, com capa em percalux. A edição pode ser **personalizada** para cada entidade, dispondo-se das páginas iniciais para um registro da história da própria entidade

Ambos os projetos já estão em curso na pesquisa histórica e em fase de viabilização. A hora é de buscar adesões das entidades, através de contratos de prestação de serviços, procurando consorciar entidades para a sua realização. Com isso os custos ficam bastante acessíveis a qualquer entidade. O IMG, o CES e a Editora Anita Garibaldi estão à disposição para enviar a todos que tenham interesse o prospecto dos projetos. Grande esforço será feito para viabilizar os contratos até 31 de julho, para que os projetos possam ser entregues até novembro, a tempo de polarizar as comemorações em torno do pentacentenário.

O ano 2000 marca o fim deste que foi um século heróico de lutas dos trabalhadores. Por isso pensamos que merece, da parte das entidades, um registro histórico. O curso de formação básica em vídeo e a agenda serão, sem dúvida, um importante marco crítico e poderosos e criativos instrumentos para a formação das bases das entidades populares.

Maiores informações com os promotores dos projetos: CES - fone 0 11 289-1496, A/C Altamiro Borges; IMG - fone 0 11 232-1622, A/C Walter Sorococ; ou Av. Duque de Caxias, 100 - Guaruapuçu; Editora Anita Garibaldi - fone 0 11 289-1331, A/C Divo Guisoni.



A Classe Operária



15 edições = R\$ 15,00

Pagamento:

- cheque nominal Vale postal nº
- dinheiro Depósito na conta
- Cartão nº Ag.0251 - C/C 48676-7
- Validade Banco Itaú

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP, Tel. 0 11 3104-4140, e-mail: classeop@ruralsp.com.br

Data da assinatura: ____ / ____ / ____

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

CEP: _____

UF: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____

Tel.: (____) _____

Profissão: _____



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

FORMAÇÃO

FICHA DE LEITURA

Salário, preço e lucro – Marx (3ª Parte)

DILERMANDO TONI*

4.4 - **Influências das fases do ciclo econômico** – de calma, de animação crescente, de prosperidade, de superprodução, de estagnação e crise – sobre os salários e a luta salarial. “Durante as fases de crise de estagnação – diz Marx – o operário, se é que não o põem na rua, pode estar certo de ver rebaixado o seu salário”. E nada mais certo que lutar então pela elevação dos salários – na realidade pela compensação – durante as fases de prosperidade, quando o capitalista obtém lucros extraordinários.

Marx chama a atenção ainda para o fato de que a luta pelo aumento dos salários vai sempre atrás das modificações previamente ocorridas no volume de produção, nas forças produtivas do trabalho, no valor do trabalho ou do dinheiro, no alongamento da jornada de trabalho, na intensificação do trabalho, nas flutuações da oferta e da procura decorrentes da fase do ciclo industrial.

Entretanto o destaque principal de toda a argumentação de Marx é que a tendência do capital não é para elevar o padrão médio de salários, mas para reduzi-lo. Essa é a característica quase única dos cenários acima descritos. E Marx pergunta: “se tal é a **tendência** das coisas neste sistema, quer isto dizer que a classe operária deva renunciar a defender-se contra os abusos do capital e abandonar seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que se lhe ofere-

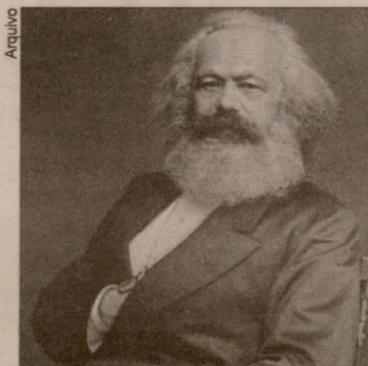
çam de melhorar em parte a sua situação? Se o fizesse – responde ele – ver-se-ia degradada a uma massa informe de homens famintos e arrasados, sem probabilidade de salvação”. (parte XIV).

Assim, os operários ao lutarem pela elevação dos salários não fazem mais que cumprir um dever com eles mesmos, pois “toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio, lutará sempre, implacavelmente e sem contempções, para conduzir toda a classe operária a este nível de extrema degradação ... (de) simples máquina, fisicamente destroçada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia”.

A conclusão central

A obra de Marx *Salário, Preço e Lucro* cumpre um duplo papel. Tanto valoriza a luta dos trabalhadores pelo aumento de salários quanto mostra as limitações dessa luta colocando a necessidade da luta política dos trabalhadores, de uma **ação política geral**.

Dizia Marx que: “a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos, que logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamen-



Marx: desmistificando o lucro

te por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado” – por isso – “em vez do lema **conservador** de ‘um salário justo por uma jornada de trabalho justa!’, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: ‘**abolição do sistema de trabalho assalariado**’”.

Os sindicatos, indicava Marx, além de levarem a cabo as batalhas contra os efeitos do sistema existente, deveriam ao mesmo tempo se esforçarem para mudá-lo, utilizando suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária.

Para melhor entender

– Marx usou no transcurso de sua exposição numerosos exemplos práticos com o objetivo de dar vida às suas teorias. As unidades de medidas são diferentes das vigentes no Brasil. De **volume**: 1 quarter = 8 bushels \approx 291 litros \ 1 bushel \approx 36,25 litros. De **peso**: 1 libra

(lb) = 16 onças, 1 libra peso = 453,59 gramas \ 1 onça = 28,35 gramas. De **peso de metais preciosos** como o ouro: onça troy = 31,1 gramas. De **moeda**: àquela época 1 libra esterlina (£) = 20 xelins = 240 pence \ 1 xelim = 12 pence, ou 1/12 xelim = 1 penny (singular de pence). Em 1971 fez-se a decimalização do sistema monetário inglês 1 libra = 20 xelins = 100 novos pence, ou 1 xelim = 5 novos pence. Hoje, £ 1 \approx R\$ 3,00.

– No *Salário, Preço e Lucro*, por questões meramente didáticas e de forma explicitamente consciente, Marx fala de **dois tipos de taxa de lucro**. Uma que expressa a proporção entre a mais-valia e os salários pagos aos trabalhadores para produzir determinada quantidade de mercadorias (m/v), também chamado de grau real de exploração. A segunda que expressa a proporção entre a mais-valia e o valor do **montante** do capital empregado (salários + máquinas + matérias primas + energia etc.) para produzir determinada quantidade de mercadorias: m/(c+v). O primeiro dos tipos é o que Marx chamava de **taxa de mais-valia**.

– Ao avaliar as possibilidades e limites da luta salarial dos trabalhadores Marx refere-se à mudança progressiva da composição do capital onde a parte formada por maquinaria, matérias-primas, meios de produção de todo o gênero – aqui chamada por ele, também por questões didáticas, de **capital fixo** – cresce mais rápido que a outra parte do capital destinada a sa-

lários. Ao que Marx chama no texto de capital fixo é o que ele designa de **capital constante**. O capital fixo é a **parte** do capital constante que passa aos poucos o seu valor ao produto final: máquinas e equipamentos, edificações etc. À parte do capital constante que passa de uma vez seu valor ao produto final como a energia e as matérias-primas somada com o capital variável (salários dos trabalhadores) chama-se de **capital circulante**.

– O **método de análise** que Marx usa para observar os fenômenos econômicos do capitalismo foge sempre ao dia a dia, ao curto prazo, à sua manifestação localizada. Procura desvendar a essência e suas tendências principais à escala social, média, em períodos mais dilatados. Marx alertava para que: “As verdades científicas serão sempre paradoxais, se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas”. Lênin quando resumiu a doutrina econômica de Marx referiu-se ao seu método da seguinte forma: “é absolutamente natural que, numa sociedade de produtores de mercadorias dispersos, apenas ligados uns aos outros pelo mercado, as leis que regem essa sociedade não possam exprimir-se senão através de resultados médios, sociais, gerais pela compensação recíproca dos desvios individuais num ou noutro sentido”. (Lênin, *Obras*, vol. I, pág. 19). Assim é que se deve procurar entender o trabalho social médio, valor médio, lucro médio etc.

HISTÓRIA DA LUTA PELO SOCIALISMO

20

A Revolução Cubana

BERNARDO JOFFILY

A Revolução Cubana triunfou quando a União Soviética já estava sob direção kruschovista. Seu alcance mundial, e especialmente latino-americano, traz esta marca.

Da guerrilha à vitória e às convicções socialistas

Cuba vivera na virada do século 20 um processo revolucionário avançado, dirigido por José Martí, mas este fracassara e a Ilha vivia sob abjeta dependência dos Estados Unidos. O regime de Fulgêncio Batista, rapidamente se despira das cores progressistas iniciais para assumir as de uma típica tirania latino-americana.

De outro lado, o Partido Comunista Cubano sofrera forte influência do liquidaçãoismo browderista (do norte-americano Earl Browder), que pregara em 1944 a sumária extinção dos partidos comunistas. O partido cubano chegara a mudar de nome, para *Partido Socialista*

Popular (PSP); estava despreparado para assumir um papel de vanguarda.

No vácuo assim criado, um jovem advogado assumiu a contestação radical da ditadura de Batista. Chamava-se Fidel Castro e dirigiu, em 26 de julho de 1953, o assalto ao quartel de Moncada. Derrotado, preso, defendeu-se com um libelo — *A história me absolverá* — e fundou no exílio o *Movimento Revolucionário 26 de Julho*. Não era então marxista, mas um seguidor de Martí. Em 2 de dezembro de 1956 o *26 de Julho* desembarcou 72 homens em Cuba, vindos do México no iate *Granma*, e após perder muitos deles iniciou a guerrilha na Sierra Maestra. Com apoio de uma frente que incluía o PSP, galvanizou a oposição e em 1º de janeiro de 1959 entrava triunfalmente em Havana.

No início os EUA, incomodados com a impopularidade de Batista, não hostilizaram Fidel. Mas quando Cuba iniciou a reforma agrária e o estímulo a movimentos similares na América

Latina, o Império do Norte tratou de derrubar Castro. Em abril de 1962, financiou o desembarque de mercenários na baía dos Porcos. Cuba reagiu radicalizando-se. Fidel, sob influência de seu irmão Raúl Castro e do jovem médico-guerrilheiro argentino Ernesto *Che* Guevara, aderiu ao marxismo e aproximou-se da URSS. Em 1963, o *26 de Julho* e o PSP se fundiram, com predomínio do primeiro, no Partido Comunista.

A crise mostra quem são os revolucionários

Ao enveredar pelo socialismo, Cuba alinhou-se em geral com a URSS de Kruschov & Cia, porém desobedecendo amíúde o seu reformismo. Estimulou os movimentos revolucionários, especialmente na América Latina e na África, onde o *Che* combateu até seu assassinato na selva boliviana. Também internamente seguiu um curso original, com raízes no legado de Martí e no clã do *26 de Julho*, valorizando o papel da consci-



Comício de Fidel logo após a tomada do poder

ência na transformação da realidade.

A prova de fogo da experiência cubana veio na virada dos anos 90. Com a derrocada soviética, cessou bruscamente a ajuda econômica de Moscou. A economia da Ilha entrou em colapso, o povo passava fome e a os observadores previam uma iminente capitulação do tipo europeu.

Cuba, porém, resistiu, e resistiu. Em um cenário de imensas dificuldades, manteve a bandeira da revolução. É certo que faz concessões, inevitáveis e até indispensáveis, nas circunstâncias. Abriu espaço para iniciativas capitalistas, investimentos estrangeiros. Em polí-

tica externa, busca uma ampla união antineoliberal e recebeu festivamente em 1998 a visita do papa. Por esta senda, escarpada e sinuosa, vai superando os desafios de manter as conquistas da Revolução. É nas crises mais agudas que se fica sabendo quem é de fato revolucionário. E a sustentação de Cuba revolucionária, a 160 km de Miami, continua a encorajar as forças revolucionárias latino-americanas.

Errata: Na edição 176, publicamos o artigo 'Da crise ao colapso', com o título 'Da crise ao colapso', sendo, na verdade, na edição passada saiu o artigo nº 19 e o desta edição é o de nº 20.

NEOLIBERALISMO EM CHOQUE

circum-lóquio
(pur troppo non allegro) sobre o neoliberalismo
terceiro-mundista
laissez faire laissez passer

Haroldo de Campos

mais atentos ao lucro
que ao salário
solitários (no câncer)
antes que solidários:
um mundo onde deus
não jogue dados
e onde tudo dure para sempre
e sempre nada mude
um confortável
estável
confiável
mundo contábil

1.

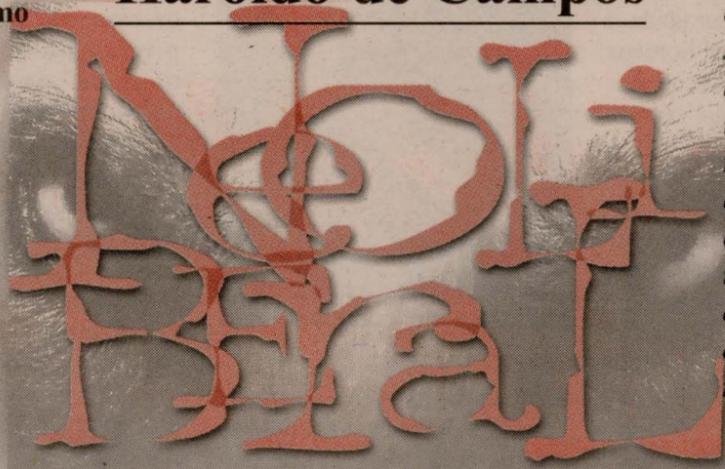
o neoliberal
neoliberal:
de tanto neoliberal
o neoliberal
neoliberal-se de neoliberal
tudo aquilo que não seja neo / (leo) libérrimo:
o livre quinhão do leão
neoliberal a corvéia da ovelha

2.

o neoliberal
neodelibera
o que neoliberal
para os não-neoliberados:
o labéu?
o libelo?
a libré do lacaio?
a argola do galé?
o ventre-livre?
a morte-livre?
a bóia-rala?
o prato raso?
a comunhão do atraso?
a ex-comunhão dos ex-clusos?
o amanhã sem fé?
o café requentado?
a queda em parafuso?
o pé de chinelo?
o pé no chão?
o bicho de pé?
a ração da ralé?

3.

no céu neon
do neoliberal
anjos-yuppies
bochechas cor-de-bife
privatizam
a rosácea do paraíso
de dante
enquanto lancham
fast-food
e super
(visionários) visam
com olho magnânimo
as bandas
(flutuantes)
do câmbio:
enquanto o não



-neoliberado
come pão
com salame
(quando come)
ele dorme
sonhando
com torneiras de ouro
e a hidrobanheira cor
de âmbar
de sua neo-mansão em miami

4.

o centro e a direita
(des)conversam
sobre o social
(questão de polícia):
o desemprego é um mal
conjuntural (conjetural)
pois no céu da estatística o futuro
se decide pela lei
dos grandes números

5.

o neoliberal
sonha um mundo higiênico:
um ecúmeno de ecônomos
de economistas e atuários
de jogadores na bolsa
de gerentes
de supermercado
de capitães de indústria
e latifundiários
de banqueiros-banquiplotas ou
banquirrotos
(que importa?)
desde que circule auto-regulante
o necessário plusvalioso numerário)
um mundo executivo
de mega-empresários
duros e puros
mós sem dó

6.

(a contramundo o
mundo-não-mundo cão-
dos deserdados:
o anti-higiênico
gueto dos
sem-saída
dos excluídos pelo
deus-sistema
cana esmagada
pela moenda
pela roda dentada
dos enfeitados:
um mundo-pêsames
de pequenos
cidadãos-menos
de gente-gado
de civis
subservis
de povo-ômus
que não tem lugar marcado
no campo do possível
da economia de mercado
(onde mercúrio serve ao deus /mamonas)

7.

o neoliberal
sonha um admirável
mundo fixo
de argentários e multinacionais
terratenentes terrapotentas /coronéis políticos
milénaristas
(cooptados) /do perpétuo status quo:
um mundo privé
palácio de cristal
à prova de balas:
bunker blau
durando para sempre -festa /estática (ainda que
se sustente sobre
fictas
palafitas
e estas sobre uma lata de lixo)



IMPRESSO



CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
Tel.: (011) 3104.4140
CDM
A CLASSE OPERÁRIA
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois